

Fundação Bissaya Barreto



Direito à honra e intimidade da vida privada em confronto
com o direito à informação. A proposta de superação deste
conflito de direitos na perspetiva do Tribunal Europeu dos
Direitos do Homem.

Ana Filipa Pacheco Cordeiro

Dissertação orientada pelo
Mestre Nuno Oliveira

Para obtenção do grau de Mestre
em Ciências Jurídico-Forenses

COIMBRA

Novembro/2013

Fundação Bissaya Barreto

Direito à honra e intimidade da vida privada em confronto
com o direito à informação. A proposta de superação deste
conflito de direitos na perspetiva do Tribunal Europeu dos
Direitos do Homem.

Ana Filipa Pacheco Cordeiro

Dissertação orientada pelo
Mestre Nuno Oliveira

Para obtenção do grau de Mestre
em Ciências Jurídico-Forenses

COIMBRA

Novembro/2013

Aos meus pais, que nunca me deixam parar de
sonhar.

Agradecimentos

Aos meus pais queridos, que sempre me apoiaram, incentivaram e acreditaram nas minhas capacidades, transmitindo-me sempre a força necessária para a conclusão dos meus objetivos. A minha gratidão é infinita.

À minha amiga Diana Roque, pela sua verdadeira amizade, pela força permanente que me deu para a conclusão deste trabalho, por ser uma pessoa cuja forma de estar na vida, admiro e me identifico.

À minha amiga Lúcia Fernandes pela partilha, cumplicidade e desabafos. Obrigada por poder trilhar este caminho com a tua amizade.

Ao meu orientador Mestre Nuno Oliveira, que, desde o primeiro dia que demonstrei interesse na sua ajuda, desde logo se disponibilizou sempre com amabilidade e simpatia.

A todos os Professores que tive ao longo do Mestrado, pelos ensinamentos partilhados.

À Excelentíssima Diretora do ISBB e funcionárias que, presencialmente ou por telefone, sempre se mostraram disponíveis para esclarecer todas as dúvidas e ajudar no mais que pudessem.

*“Ainda bem que existe sempre outro dia.
E outros sonhos. E outros risos. E outras
coisas. E outras pessoas. E outros
amores.”*

William Shakespeare

Resumo

É inegável o papel da comunicação social nos dias de hoje. O direito à informação é basilar no estado de direito em que vivemos, daí a sua tutela internacional, constitucional, penal e civil. Este direito enfrenta muitas vezes o bem jurídico honra, na medida em que a informação veiculada, muitas vezes, pode causar lesões à honra e bom nome dos visados, que se traduz num impacto maior, quando estão em causa figuras públicas ou notórias. Daqui decorre um dilema, visto ser, o direito à honra igualmente tutelado tanto a nível internacional como nacional.

Como se resolve este conflito de direitos é o que vamos apreciar, tendo em atenção, como têm sido resolvidos estes conflitos em sede do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Sabendo que Portugal ao longo dos últimos anos tem sido condenado por violação do artigo 10º da Convenção Europeia dos Direitos do Homem, vamos discorrer sobre as razões desta situação, não descorando, claro, o papel dos direitos de personalidade, nomeadamente o direito à honra e direito à intimidade da vida privada.

Palavras-chave: Direito à informação. Direito à honra. Direito à intimidade da vida privada. Colisão de Direitos. Tribunal Europeu dos Direitos do Homem.

Abstract

It is undeniable the role of the media nowadays. The right to information is basic law of the rule law, in which we live hence its international, constitucional, criminal and civil tutelage.

This right often faces the legal good honor to the extent that the information conveyed, often can cause injury to the honor and good name of the targeted persons, which results in a greater impact when concerning public or notorious people.

It follows a dilemma, as it is the right to the honor tutored both on international on national level.

How to solve this conflict of rights, is what we will be appreciating. Taking into account the way these conflict have been solved at the European Court of Human Rights.

Knowing that Portugal, over the last few years has been convicted for violating article 10 of the European Convention on Human Rights, we will discuss the reasons for this, never forgetting, of course, the role of rights relating to personality, in particular the right to honor and the right to private life.

Keywords: Right to Information, Right to honor, right to privacy. Collision of rights, European Court of Human Rights.

Contents

Abreviaturas	10
Introdução	11
Direito à honra	14
Enquadramento Jurídico	14
Sentido e alcance deste bem jurídico	16
Evolução da <i>honra</i> ao longo dos tempos	18
Tentativa de uma definição.....	20
Conceito objetivo e subjetivo deste bem jurídico.....	21
Noção de pessoa com notoriedade pública/figuras públicas	22
Direito à intimidade da vida privada	26
Violação da intimidade do direito à vida privada através de captação de imagens.....	32
Violação do direito à honra e violação do direito à intimidade da vida privada no caso das figuras públicas.....	34
Direito à Informação	36
Necessidade sociocultural de comunicação do Homem.....	36
A importância da função desempenhada pela imprensa	37
Percurso do Direito à Informação em Portugal.....	37
Colisão de direitos - Perspetivas de superação	42
Direito Internacional	44
Surgimento da CEDH	44
Interpretação da CEDH.....	47
Requisitos que têm de estar verificados para se intentar uma ação no TEDH	49
Atipicidade da crítica objetiva- Costa Andrade	50
Análise jurisprudencial portuguesa.....	51
Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, processo 1839/06.9TVLSB.L1.S1, de 20 de Janeiro de 2010, relatado pelo conselheiro Fonseca Ramos.....	55
Análise crítica aos acórdãos visados	56
Caso Rui Rio versus Augusto Seabra	58
Caso Pedro Santana Lopes versus revista Visão.....	60
Caso McCann versus Gonçalo Amaral	62
Casos Portugueses resolvidos pelo TEDH.....	64
A primeira condenação de Portugal no TEDH- caso Vicente Jorge Silva.....	64
Como são resolvidos estes conflitos de direitos no seio de outros ordenamentos jurídicos	68
Estados Unidos da América - A liberdade de expressão na sua plenitude	68

Casos Jurisprudenciais.....	70
Ordenamento Jurídico Francês	72
Ordenamento Jurídico Alemão	73
Exemplo alemão - Caso Von Hannover versus Alemanha.....	74
Reino Unido	75
Venezuela	75
Argentina	76
Israel	76
Quais os limites pertinentes à liberdade de imprensa?	77
Fase de conclusão.....	80
Bibliografia.....	81

Abreviaturas

BGH- Bundesgerichtshof¹

BVerfG- Bundesverfassungsgericht

CC- Código Civil

CP- Código Penal

CRP - Constituição da República Portuguesa

DUDH- Declaração Universal dos Direitos do Homem

CEDH- Convenção Europeia dos Direitos do Homem

CVDT- Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados

EUA- Estados Unidos da América

In Fine – Parte final

Op. Cit – *Opus citatum* (obra citada)

PIDCP – Pacto Internacional sobre os Direitos Cíveis e Políticos

STJ- Supremo Tribunal de Justiça

TEDH- Tribunal Europeu dos Direitos do Homem

¹ Supremo Tribunal Federal alemão.

Introdução

A convivência entre o direito à informação e o direito à tutela da honra, nomeadamente ao bom-nome é o âmbito da reflexão que se segue.

Estamos perante uma área sensível, pois, são ambos direitos constitucionalmente consagrados.

Quais os limites para a divulgação de factos, ainda que verdadeiros, que possam causar ofensa à honra de alguém? E ainda, qual será a fronteira entre o interesse público e o interesse do público? A pergunta impõe-se, existirão limites maiores, quando estamos perante um assunto que seja suscetível de interesse do público, mas não do interesse público e, limites menores quando estamos perante um assunto do domínio público? Este assunto está na ordem do dia e impõe uma reflexão, visto dominar várias áreas jurídicas.

O domínio das áreas abarcadas pelo assunto referido, tocam ramos jurídicos diversos, como o direito internacional, o constitucional, o civil e mesmo o penal que, sendo um direito de última ratio, é, ainda por ele tutelado, tanto a nível de doutrina, como de jurisprudência.

Há pertinência do estudo desta reflexão, numa altura em que a sociedade vive a um ritmo comunicacional frenético, havendo notícias de minuto a minuto, provindas das mais variadas plataformas; televisão, rádio ou sítios na internet, dentro destes últimos, temos sítios noticiosos que obedecem às mesmas regras das publicações jornalísticas mas, também temos artigos de opinião em jornais e em blogues que podem ser assinados ou não. Esta opinião vai muitas vezes no sentido da crítica, crítica pessoal, em inúmeros casos feroz, em que, é posta em causa, a honra dos visados. Põe-se a pertinente questão, quais os limites da crítica? Serão os mesmos que os da informação?

Por sua vez, devido ao ritmo comunicacional que vivemos, a informação que muitas vezes chega ao público, é sistematicamente pautada pela falta de rigor, sensacionalismo e devassa da vida privada.

Esta situação acontece devido à competitividade entre as grandes empresas comunicacionais pois, ambas querem dar a notícia primeiro e, ainda, o escasso tempo das redações em fazerem um levantamento alargado sobre o impacto daquela notícia no âmbito pessoal do sujeito que se visa noticiar. Sendo assim, muitas vezes não há tempo para se promover a todas as análises, devido ao facto, de ter que se proceder à publicação de

determinada notícia, o mais rapidamente possível, pese embora, os jornalistas tenham normas deontológicas que devem observar.

Face a esta situação, há uma zona de conflito quando, em face de determinadas notícias, verdadeiras ou não, as pessoas por elas visadas, se sentem lesadas no âmbito da sua honra ou bom-nome, ou seja, no plano de um direito geral de personalidade, tutelado pela cláusula geral do artigo 70º e, ainda pelos artigos, 483º e 484º do Código Civil. Verificamos a atualidade do tema, pois todos os dias, somos confrontados, com notícias de que; a pessoa X irá processar a pessoa Y devido a ataques à sua honra. Ainda dia, 19 de Setembro de 2012², surgiu esta notícia, “Mourinho processa editor do desportivo Marca”, o que consta da notícia é isto, “ José Mourinho processou o editor da Marca, o diário desportivo de maior circulação em Espanha. Em causa estará um artigo de Roberto Paloma publicado a 17 de Setembro, no qual classificava o treinador português como o “típico personagem que fugiria depois de causar um atropelamento”. Os advogados do técnico do Real Madrid já oficializaram a queixa segundo o La Voz de Galicia. A queixa contra o artigo em causa e o seu autor, prendem-se com “uma expressão que foi utilizada de forma completamente desnecessária para o exercício da crítica que constitui o objetivo do artigo.” Manuel e Ivan Matamoros, os advogados de Mourinho, segundo o sítio da internet “Mais Futebol”, denunciam o que consideram ter sido “uma intromissão ilegítima no direito à honra” do treinador português”. Atendendo ao referido caso, estamos perante o âmbito desportivo, em que os limites da crítica se encontram mais descomprimidos, pois o ambiente desportivo é suscetível à utilização de exageros e figuras de estilos, muitas vezes não se olhando ao meio adequado a não ferir suscetibilidades, estamos no âmbito da crítica por excelência.

Não tão recente, mas ainda assim atual é, uma lei datada de Dezembro de 2010 aprovada na Hungria, sem precedentes na Europa³, em que refere, que serão aplicadas coimas a autores de notícias, que provenham de qualquer formato que ofendam nomeadamente, a “dignidade da pessoa humana”, “o interesse público, e a ordem moral”. Claro que, depois de pressões da União Europeia, esta lei foi “limada” mas, é de notar e refletir, acerca do seu conteúdo aquando da sua publicação sem alterações.

Esta questão é bastante mais complexa, por serem, estes dois direitos em confronto, direito à honra e direito à informação, internacionalmente, constitucionalmente, penalmente e civilmente protegidos, o que vai levar à existência de uma colisão de direitos, em que se torna

² Artigo retirado do sítio: http://sol.sapo.pt/inicio/Desporto/Interior.aspx?content_id=59452.

³ LOPES, Tânia Alexandra Arrais Pacheco - A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. **Revista do Ministério Público**. Nº 129, Janeiro/Março.

necessário convocar o artigo 334º do CC, tendo em vista a superação da mesma. O que acontece é o seguinte, numa colisão de direitos, há sempre algum que fica restringido, para que o outro se possa evidenciar, há assim, um confronto de forças equivalentes, em que, no âmbito do caso concreto, terá de se fazer a opção mais acertada.

A atualidade da análise desta matéria, prende-se, igualmente, com a sua questão jurisprudencial. Constatamos que a tendência de resolução dos casos em apreço, sob a égide desta matéria nas instâncias nacionais, não constituem a tendência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Sabendo que Portugal está adstrito à CEDH⁴, segundo os artigos 8º e 16º da CRP, esta deve ser aplicada. Apesar do facto de a Convenção ter um valor constitucional supralegal, confrontamo-nos com a situação de, um sujeito que seja condenado nos tribunais nacionais, devido a esta situação explanada, ou seja, alguém que seja condenado devido à violação do direito à honra de outrem através da imprensa, este, pode recorrer ao TEDH, desde que, esgotados os recursos nos tribunais nacionais⁵. O TEDH, fazendo a interpretação⁶ autêntica da CEDH, tem verificado que o direito com valor superior é a liberdade de imprensa, ficando este acima do direito à honra.

A razão desta situação é a de que numa colisão de direitos desta natureza, Portugal não tem seguido, de uma maneira geral, a jurisprudência do TEDH e urge perceber por que razão, têm os magistrados portugueses a tendência deste tal entendimento, uma vez que, o que tem resultado disto, é o facto consumado, do Estado português já ter sido até hoje condenado a pagar multas, por desrespeito à Convenção.

Vários intervenientes do palco jurídico português já se pronunciaram sobre este tema, não só Doutrinadores mas também Juízes em funções e Procuradores da República, vamos ver o que têm a dizer sobre o assunto.

Vejamos seguidamente a tutela internacional e nacional que o legislador dá a estes dois direitos.

⁴ A Convenção é um instrumento de direito internacional que faz parte integrante do direito interno, uma vez que foi aprovada, ratificada e publicada no Diário da República. Foi aprovada para ratificação pela Lei nº 65/78, de 13 de Outubro, publicada no Diário da República, I Série, nº 236/78 (retificada por declaração da Assembleia da República, publicada no Diário da República, I Série, nº 286/78, de 14 de Dezembro). In ALVES, Jorge de Jesus Ferreira – Como processar o Estado no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e nos tribunais nacionais por violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. *Op Cit.* Página 7.

⁵ Ver subtítulo “Requisitos que têm de estar verificados para se intentar uma ação no TEDH”.

⁶ Há que respeitar as regras próprias de interpretação da CEDH, que sendo um tratado internacional, deverá ser interpretada segundo os artigos 31º a 33º da Convenção de Viena sobre Direito dos Tratados (CVDT), claro que, também se deverá ter em conta a respetiva jurisprudência. In MARTINS, Ana Maria Guerra – Direito Internacional dos Direitos Humanos. *Op. Cit.* Página 196. Ver subtítulo “Interpretação da CEDH”.

Direito à honra

Enquadramento Jurídico

Todas as pessoas, pelo simples facto de serem pessoas, têm direito à honra, por esta razão se verifica a importância e âmbito de aplicação deste direito.

A honra, é uma palavra⁷ proveniente do latim *honor*, que visa indicar a dignidade de uma pessoa que vive com honestidade e probidade, pautando o seu modo de vida nos ditames da moral. De referir que⁸, apesar de a conduta de determinada pessoa poder não se coadunar, totalmente com os parâmetros de honorabilidade conforme a conduta da sociedade, não há que desconsiderá-la.

A CRP, no artigo 26º nº1 refere «A todos são reconhecidos os direitos à identidade pessoal, ao desenvolvimento da personalidade, à capacidade civil, à cidadania, ao bom nome e reputação, à imagem, à palavra, à reserva da intimidade da vida privada e familiar e à proteção legal contra quaisquer formas de discriminação», «1. A todos é reconhecido o direito à identidade pessoal, ao bom nome e reputação e à reserva da intimidade da vida privada e familiar. 2. A lei estabelecerá garantias efetivas contra a utilização abusiva, ou contrária à dignidade humana, de informações relativas às pessoas e famílias». Deste reconhecimento constitucional à identidade pessoal do indivíduo, que o artigo 26º nos propõe, a tutela da honra insere-se no reconhecimento do direito ao bom nome e reputação, situando-se como uma modalidade fulcral do livre desenvolvimento da dignidade humana, sendo por isso um valor de importância fundamental⁹ na nossa Constituição. Sobre este artigo, Gomes Canotilho

⁷ SILVA, Plácido e – Vocabulário Jurídico. 17º ed. Rio de Janeiro, 2000. Página 400.

⁸ CAVERO, José Martinez de Pison cit por, MARQUES, Andréa Neves Gonzaga – Direito À Honra. Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios. [em linha] 2010. Actual 05 Abril. 2010. [consult. 10 Set. 2013] Disponível na internet: <URL<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques>>.

⁹ Guilherme Machado Dray refere serem direitos fundamentais, passo a citar «...os que se mostram formalmente contemplados na Constituição. O critério que os delimita é o da fonte da sua atribuição. São direitos fundamentais os que se mostram inseridos, entre nós, no elenco dos direitos, liberdades e garantias e dos direitos económicos, sociais e culturais, respetivamente previstos nos Títulos II e III da Parte I Direitos e Deveres Fundamentais da Constituição da República Portuguesa.» In DRAY, Guilherme Machado – Direito de Personalidade. *Op. Cit.* Página 28.

e Vital Moreira¹⁰ referem que, neste artigo, estão tutelados nove direitos distintos, que em comum, têm o facto de protegerem a «...esfera nuclear...» da pessoa.

Quanto ao direito tutelado por este artigo, que constitui objeto do nosso estudo, bom nome e reputação, referem os citados autores que, este direito constitui um limite para outros direitos invocados, nomeadamente a liberdade de informação e imprensa, Gomes Canotilho e Vital Moreira¹¹, perante uma possível colisão advertem que, os direitos em colisão devem ser considerados como «...princípios suscetíveis de ponderação ou balanceamento nos casos concretos, afastando-se qualquer ideia de supra ou infra valoração abstrata.»

No âmbito civil insere-se na “integridade moral”¹², referida no artigo 70º nº1 do Código Civil, é também enunciada nos artigos 483º e 484º. O artigo 70º CC, encontra-se em conformidade com um princípio fundamental do Estado de Direito Democrático, que se prende com o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana¹³, plasmado no artigo primeiro da CRP. No Código de Seabra, esta tutela encontrava disposição legal, no artigo 2383º do Código de Seabra, que passo a citar «os prejuízos que derivam da ofensa de direitos primitivos, podem dizer respeito à personalidade física ou à personalidade moral (...)» este artigo foi a fonte que inspirou o artigo 6º do anteprojeto de Manuel de Andrade, ele, por seu turno, inspirador¹⁴ do nosso atual artigo 70º CC.

O referido artigo, constitui uma cláusula geral de tutela¹⁵ dos direitos de personalidade, este normativo, tutela a personalidade, como direito absoluto de exclusão, na perspetiva do direito à saúde, à integridade física, ao bem-estar, à liberdade, ao bom nome e à honra. São estes os aspetos que individualizam o ser humano moral e fisicamente e o tornam

¹⁰ CANOTILHO, J.J. Gomes, VITAL MOREIRA – Constituição da República Portuguesa anotada. 4º ed. Revista. Coimbra: Coimbra Editora. 2007.

¹¹ Idem. Pág. 466.

¹² Estes direitos, que se inserem na personalidade moral, são conceitos indeterminados, que muitas vezes só o recurso à jurisprudência cumpre esclarecer, in Tratado de direito Civil I, Tomo III. 2ª ed. Coimbra: Almedina.

¹³ Segundo Kant, «dignidade é tudo aquilo que não tem preço... No reino dos fins tudo tem ou um preço ou uma dignidade. Quando uma coisa tem um preço, pode-se pôr em vez dela qualquer outra como equivalente, mas quando uma coisa está acima de todo o preço, e portanto não permite equivalente, então tem ela dignidade». in Kant – Fundamentação da Metafísica dos Costumes, tradução de Paulo Quintela. 1986. Página 77.

¹⁴ MATOS, Filipe Albuquerque – Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito ou ao Bom Nome. Coimbra: Almedina. 2011.

¹⁵ Guilherme Machado Dray refere que, a existência de uma tutela geral personalidade não se deverá confundir com um direito geral de personalidade in DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. Anotações ao Código Civil e ao Código do Trabalho. *Op. Cit.* Página 34, diferente entendimento tem o autor Capelo de Sousa que refere, passo a citar «A tutela geral da personalidade do artigo 70º do Código Civil não é reconhecida abrupta, ilimitada e separadamente... tal tutela, enquanto proposição integrada num pensamento juridicamente vinculante, exige a averiguação do seu próprio conteúdo e limites... mediante pré-determinadas regras gerais de interpretação jurídica e, encadeia-se solidariamente com outras proposições jurídicas... Tais proposições permitem-nos reconhecer um direito geral de personalidade...». In CAPELO DE SOUSA, R. – O Direito Geral de Personalidade. *Op. Cit.* Página 35.

titular de direitos invioláveis. O legislador escolheu fazer uma proteção num só artigo de todos os bens inerentes à proteção da personalidade física e moral dos indivíduos. Orlando Carvalho¹⁶ refere que este direito abrange «... todas as manifestações previsíveis e imprevisíveis da personalidade humana, pois é, a um tempo, direito à pessoa ser em devir ... Trata-se de um *jus in se ipsum* radical, em que a pessoa é o bem protegido...». Apesar de, mais à frente, nos depararmos com o artigo 484º, que faz uma referência objetiva à proteção do bom nome.

O artigo 484º CC, tem como fonte imediata o artigo 733º/3º do Anteprojeto e o artigo 463º do Projeto da primeira revisão ministerial e, é inspirado no artigo 824 BGB, todavia a redação portuguesa é bastante diferente da alemã. Este artigo, vai fazer responder, alguém que viole o bom-nome de qualquer pessoa, singular ou coletiva. Este artigo, que refere literalmente a proteção do «bom nome», vai tutelar um dos elementos essenciais da dignidade humana, a honra. Qual será, então o alcance da *honra* é, o que nos cumpre apreciar.

Sentido e alcance deste bem jurídico

Ao longo dos tempos, existiu uma enorme proliferação de definições no sentido de definir o alcance deste bem jurídico, deste feito, decorre a constatação, que não será fácil delimitar e ensaiar uma definição exata deste bem, para ilustrar tal situação, o autor Tenckhoff¹⁷, refere que, na sequência de uma contagem de noções de honra em escritos jurídicos tinha contado mais de sessenta conceitos sobre o mesmo. Isto acontece, pois a honra, segundo o autor António Jorge Mendes¹⁸, é um «valor polimorfo», daí poder apresentar-se de várias formas e alterar o seu conteúdo ao longo das épocas. A este propósito Beleza dos Santos¹⁹ ensina o seguinte: «Neste juízo individual ou do público, acerca do que pode ser considerado ofensivo da honra e da consideração é comum a todos os meios e países a exigência do respeito de um mínimo de dignidade e de bom-nome. Para além deste mínimo, porém, existe certa variedade de conceções, da qual resulta que palavras ou atos considerados ofensivos da honra, decore ou bom-nome em certo país em certo ambiente e em certo momento, não são assim avaliados em lugares e condições diferentes. O que pode ser uma

¹⁶ CARVALHO, Orlando de – Teoria Geral do Direito Civil. Coimbra 1981, página 180.

¹⁷ TENCKHOFF, Jorg, cit por MATOS, Filipe Albuquerque – Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito ou ao Bom Nome. Coimbra: Almedina. 2011, página 100.

¹⁸ MENDES, António Jorge Fernandes de Oliveira – O Direito À Honra E A Sua Tutela Penal. Coimbra: Almedina. 1996. Página 16.

¹⁹ BELEZA DOS SANTOS – Algumas considerações jurídicas sobre crimes de difamação e injúria. **Revista de Legislação e Jurisprudência**. Ano 92º. Página 167/168.

ofensa ilícita em certo lugar, meio, época ou para certas pessoas, pode não o ser em outro lugar ou tempo.» A verdade é que, este bem jurídico não é estanque, devido aos fatores evidenciados por Beleza dos Santos, assim como Faria Costa²⁰ refere, a este propósito «o carácter ofensivo de certas palavras tem de ser visto num contexto situacional e que se o significante das palavras permanece intocado, o seu significado varia consoante os contextos».

Como já vimos, a honra, constitui um poder jurídico que integra o direito de personalidade de cada indivíduo, que tem subjacentes o princípio da dignidade da pessoa humana, artigo 1º da CRP e, tem por corolário a integridade moral de cada ser humano. Há uma interligação constante com a Constituição, pois a honra tutela o mais alto princípio constitucional- a dignidade da pessoa humana, reitero as palavras de Rabindranath Capelo de Sousa²¹ quando refere «A honra abrange desde logo a projeção do valor da dignidade humana, que é inata, ofertada pela natureza igualmente para todos os seres humanos, insuscetível de ser perdida por qualquer homem em qualquer circunstância [...] Em sentido amplo, inclui também o bom nome e reputação, enquanto sínteses do apreço social pelas qualidades determinantes da unicidade de cada indivíduo no plano moral, intelectual, sexual, familiar, profissional ou político».

Como referi, sabendo que, este bem jurídico constitui objeto de tutela constitucional e mesmo penal, situações que serão referidas aqui referidas, o principal enfoque será a sua conformação e pertinência no seio do direito civil.

²⁰ COSTA, J. Faria – Comentário Conimbricense do Código Penal. Página 630.

²¹ SOUSA, Rabindranath Capelo de - O Direito Geral de Personalidade. Coimbra: Coimbra Editora. 1995. Págs. 303-304.

Evolução da *honra* ao longo dos tempos

Os autores clássicos faziam uma referência puramente interior da honra, ou seja a honra operava apenas na consciência de cada pessoa, constituindo apenas um bem ou conceito interior.

Insere-se nesta posição Adriano de Cupis²², este autor referia a honra como, valor interior do Homem, intrínseco, inerente à sua própria consciência, desligada assim do contexto exterior, situando-se numa posição antagónica dos autores contemporâneos que admitem a sua vertente exterior e, por isso passível de lesões que darão origem a uma reparação. Com esta posição de Adriano de Cupis, o entendimento é no sentido de serem impossíveis de existir lesões à honra, uma vez que este autor só admite este bem, como conceito inerente à auto estima das pessoas, assim, o ter mais ou menos honra era sinal do próprio sujeito ter um maior ou menor juízo de valor sobre si mesmo. Deste entendimento de De Cupis, podemos referir a expressão bem conhecida, «tudo lhe tiraram menos a honra».

Parece ultrapassado este entendimento restrito e “interior” do bem jurídico, até porque só se admite a violação quando por outros puder ser ofendido, ou seja há sempre um carácter exógeno passível de ser violado. Capelo de Sousa²³, admitindo a vertente externa deste bem jurídico refere que as ofensas sofridos a este bem jurídico honra, em virtude da violação por palavras ou ações da mesma, carece de proteção jurídico civil e penal, pois traduzem-se numa perturbação, perda do conforto e paz a que os indivíduos não devem estar sujeitos.

Nestes dois sentidos de honra enunciados, conceito de honra interna e conceito de honra externa, por serem vistos por agentes diferentes, aquele que vê em si determinado âmbito de estima, traduzido numa auto estima maior ou menor, nesta medida pode não existir correspondência entre a honra interna e a honra externa.

Esta situação acarreta diferentes âmbitos de uma eventual lesão, senão vejamos; aquele que é dotado de uma estima por si próprio, em grande medida, ficará mais melindrado com um pequeno deslize de outrem, que revele uma desconsideração pela sua honra. Ao invés, uma pessoa que não se tenha em tanta autoconfiança ou dotada de uma auto estima tão elevada, talvez pense mais tempo sobre se o outro lhe ofendeu a sua honra ou não.

²² Adriano de Cupis, cit por, MENDES, António Jorge Fernandes de Oliveira - O Direito à honra e a Sua Tutela Penal. Coimbra: Almedina. 1996.

²³ SOUSA, R. Capelo de – O Direito Geral de Personalidade. *Op cit.*

Estamos perante um conceito dotado de um nível grande de subjetividade²⁴ e, porque consoante a personalidade do agente, existirá uma maior ou menor lesão daquele bem jurídico. O sentido honra varia assim de pessoa para pessoa citando Beleza dos Santos²⁵ enquanto alguns tem o desejo de se fazer valer por si mesmos, outros há que o que pretendem é fazer valer-se aos olhos dos outros, com isto quer o autor dizer que, nem sempre existe correspondência entre a honra interna e a honra externa. Há também valorações de honra diferentes, não só do que os sujeitos pensam que são (honra interior) e do que transmitem na sociedade, como também há aqueles que transmitem uma imagem pouco abonatória da sua honra, dentro desta, uma reputação e bom nome que não abona tanto a seu favor e, apesar disso são pessoas dotadas de umas qualidades interiores, altos valores morais e espirituais ao mais elevado nível, que comporiam em termos abstratos uma honra avultada.

Há também, quem detenha elevada honra, no aspeto de, elevada reputação pessoal em função da sua posição social, ao nível de riqueza que detém, ocupação de um cargo profissional elevado, um lado artístico muito evidente ou simplesmente por aparecer na televisão, sem que essa honra tenha nada que ver, com o sentido de uma moralidade moral ou espiritual mas sim pela imagem que transmite à sociedade, o tipo de honra que subjaz a este aspeto será a consideração social. Ainda assim, esta consideração social, está ainda abrangido, em sentido amplo pelo bem jurídico honra.

Numa breve referência ao direito penal, assim não é entendido, entende-se que há tutela do bem jurídico honra e tutela separadamente o bem jurídico que integra a consideração pessoal. Ou seja, há uma divisão de bens com valores distintos os artigos 180º nº1 e 181º do Código Penal fazem essa mesma distinção. Assim, há uma tutela individual do bem jurídico²⁶ e a consideração, já não tutela um bem individual próprio mas tem subjacente a preservação de outros valores com o objetivo de ser preservada a paz social pública.

Posteriormente a honra era vista como um bem supremo a defender, todos nos lembramos de expressões “defesa da honra”, era vista como um bem último a defender, pois esta honra trazia em si, vantagens patrimoniais e pessoais, quanto maior fosse a honra do indivíduo mais vantagens para ele acarretava.

Hoje, ter mais ou menos honra, também pode acarretar mais ou menos vantagens, mas não é só, a honra impõe-se como bem próprio de personalidade.

²⁴ MENDES, António Jorge Fernandes de Oliveira - O Direito À Honra e a Sua Tutela Penal. Coimbra Almedina. 1996.

²⁵ SANTOS, Beleza dos... *Op. cit.*

²⁶ MENDES, António Jorge Fernandes de Oliveira - O Direito À Honra e a Sua Tutela Penal. Coimbra: Almedina, 1996.

Tentativa de uma definição

Este bem jurídico é de difícil definição²⁷ devido à dificuldade em concretizá-lo e materializá-lo, há uma multiplicidade de conceitos que a ela lhe podem ser atribuídos. É assim, um conceito impreciso onde, para uns reside uma carga de moralidade acrescida e será assim um conceito mais amplo ao invés de outros, que apesar de lhe darem o devido valor, como direito de personalidade que tem subjacente o princípio basilar da dignidade da pessoa humana, não o têm como o mais alto valor social dando lugar, quando for o caso, à supremacia de outro bem que com ele colida, estamos a referir- nos ao direito que no fundo vai rivalizar com a honra de alguém que é do direito à informação. Menezes Cordeiro refere mesmo, a propósito desta impossibilidade de definir este bem jurídico que existe uma «vaguidade»²⁸ atribuída a este conceito, remetendo sempre maior precisão para a jurisprudência²⁹.

Sendo, como referi, um bem jurídico dotado de variados sentidos , várias interpretações, vamos verificar o que os autores dizem sobre ele, qual o seu âmbito e alcance.

O autor Peristiany³⁰ no seu “Honra e Vergonha- valores das sociedades mediterrâneas” vem nos referir o tal conceito de honra objetiva e subjetiva referindo a tal dualidade que nos falam os vários autores sobre honra objetiva e subjetiva dizendo que «a honra é o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos e da sociedade, sendo a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, de seu direito a orgulho...». Pedro Pais de Vasconcelos³¹, refere que «(...) o direito à vida, ou à honra, ou à integridade física, ou à privacidade, ou à imagem, [...] não constituem direitos subjetivos autónomos mas, antes poderes jurídicos que integram o direito de personalidade do seu titular» mas, este autor, realça a tutela da honra, referindo ser esta, uma mais importantes concretizações do direito de personalidade, refere mesmo que a honra é «(...) um preciosíssimo bem da personalidade [...]

²⁷ Verificar nota de rodapé nº7.

²⁸ CORDEIRO, António Menezes - Tratado de Direito Civil Português I, Tomo III, 2ª edição. Almedina, 2007 ,página 81.

²⁹ Atendendo à jurisprudência, na Coletânea de Jurisprudência XXI, Tomo I, página 156 refere que «(...) Por honra deverá entender-se o elenco de valores éticos que cada pessoa possui, tais como o carácter, a lealdade, a probidade, a retidão, ou seja a dignidade de cada um(...)».

³⁰ PERISTIANY, J.G, Honra e Vergonha- valores das sociedades mediterrânicas, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª edição. Lisboa 1988, página 13 e 15.

³¹ VASCONCELOS, Pedro Pais de – Direito de Personalidade. *Op. Cit.*

todas as pessoas têm direito à honra pelo simples facto de existirem, isto é, de serem pessoas [...]». Sendo que, a honra, pode ser violada em diversas proporções, quer isto dizer que pode-se lesar este bem jurídico não totalmente, só em casos excepcionais a lesão da honra é total. Este mesmo autor, define este bem jurídico como sendo a «... dignidade pessoal pertencente à pessoa enquanto tal, e reconhecida na comunidade em que se insere e em que coabita e convive com outras pessoas.»

Beleza dos Santos³² ensinava que a honra é, aquele mínimo de condições, especialmente de natureza moral, que são razoavelmente consideradas essenciais para que um indivíduo possa com legitimidade ter estima por si, pelo que é, e vale, e que, a consideração é aquele conjunto de requisitos que razoavelmente se deve julgar necessário a qualquer pessoa, de tal forma que a falta de algum desses requisitos possa expor essa pessoa ao desprezo público. Este mesmo autor, distinguia ainda este bem jurídico honra de, consideração, sendo esta, o juízo que se pode formar sobre alguém, no sentido de o considerar ou não um bom elemento social ou não³³.

Conceito objetivo e subjetivo deste bem jurídico

Menezes Cordeiro³⁴ numa definição e explicação do conceito mais detalhada refere que, o direito em apreço- *honra*- contém duas vertentes, são elas a honra social, exterior ou objetiva e a honra pessoal ou interior ou subjetiva, sendo a honra social ou exterior, o conceito que cada um tem na sociedade ou como é visto aos olhos dos outros, no fundo é a reputação que postula cada indivíduo, se tem mais ou menos reputação. O autor brasileiro Hidemberg Alves da Frota³⁵, acrescenta à honra objetiva a estima desfrutada pela pessoa perante os vários setores da vida social referindo ainda o meio profissional onde o indivíduo se encontra inserido. Por sua vez, honra pessoal, interior ou subjetiva, é aquela valoração que cada um faz sobre si próprio, corresponde à sua própria autoestima e imagem que constitui sobre si próprio. Ainda, nesta perspetiva da diferença dos conceitos entre honra exterior ou objetiva versus interior ou subjetiva, Jorge Rosas de Castro³⁶, faz a mesma distinção de honra objetiva

³² SANTOS, Beleza dos – Algumas considerações sobre o crime de difamação e de injúria. **Revista de Legislação e Jurisprudência**, Ano 92º, página 164.

³³ Idem.

³⁴ CORDEIRO, António Menezes – Tratado de Direito Civil I. *Op. Cit.*

³⁵ FROTA, Hidemberg Alves da - A Liberdade de Informação Jornalística e os Direitos da Personalidade. **Revista Jurídica Unijus**. Minas Gerais. Vol. 1 nº1 (1998), página 108.

³⁶ CASTRO, Jorge Rosas - Direito à reserva da intimidade privada versus direito à honra de terceiros cometida em privado. **Scientia Iuridica**, Tomo LIX, 2010, página 67.

e subjetiva, referida por Menezes Cordeiro como honra social ou exterior em contraposição com a honra pessoal ou exterior, ou seja, honra no aspeto do apreço que alguém tem por si próprio, o seu conceito de auto estima e das suas próprias qualidades como a que os outros têm sobre um sujeito. Por seu turno, Maria Paula Andrade³⁷ refere ser a imaterialidade deste bem, que se traduz numa pretensão ou direito do indivíduo a não ser vilipendiado no seu valor aos olhos da sociedade e que constitui modalidade do livre desenvolvimento da dignidade humana, valor a que a CRP atribui a relevância de fundamento do Estado Português; enquanto bem da personalidade, e nesta sua vertente externa, trata-se de um bem relacional, atingindo o sujeito enquanto protagonista de uma atividade económica, com repercussões no campo social, profissional e familiar e mesmo religioso.

Noção de pessoa com notoriedade pública/figuras públicas

Dado o domínio do nosso tema, é pertinente dar resposta ao conceito de figuras públicas ou figuras com notoriedade pública.

O autor brasileiro Alcides Leopoldo e Silva Júnior³⁸, define pessoa pública, como sendo «... aquela que se dedica à vida pública ou que a ela está ligada, ou exerce cargos públicos, ou cuja atuação dependa do sufrágio popular ao do reconhecimento das pessoas ou a elas é voltado, ainda que para entretenimento ou lazer, mesmo que sem objetivo de lucro ou com carácter eminentemente social, como são por exemplo, os políticos, artistas, modelos e outras pessoas notórias»³⁹. Para o autor espanhol Vicente Prada⁴⁰, as pessoas com notoriedade pública serão aquelas que, em função da sua profissão ou cargo relevante que ocupam ficam por isso conhecidas. De notar que a notoriedade pública é muitas vezes restrita a um local.

³⁷ ANDRADE, Maria Paula Gouveia - Da Ofensa do Crédito e do Bom Nome, Tempus Editores. 1996, página 97.

³⁸ JUNIOR, Alcides Leopoldo e Silva – Pessoa pública e seu direito de imagem: políticos, artistas, modelos, personagens históricas, pessoas notórias, criminosos célebres, esportistas, escritores e socialites. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002. Página 89.

³⁹ Há diferença entre os conceitos de figura pública e figura notória, a primeira caracteriza-se no sentido de assim serem denominados, quem é figura pública devido à profissão ou cargo desempenhado v.g o Primeiro-ministro ou, um ator. Ao invés, figuras notórias são aquelas que, devido à divulgação da sua imagem permanentemente nos meios de comunicação social, aparecem mais e daí serem mais noticiáveis. CARVALHO, Alda Maria Gomes - O crédito e o Bom Nome- Limites à Liberdade de Expressão Dos Meios de Comunicação Social. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2009. Dissertação de mestrado

⁴⁰ PRADA, Vicente Herce de la – El derecho a la propia imagen y su incidencia em los médios de difusión. Barcelona: José Maria Bosch, 1994. Página 58.

Poderíamos facilmente inferir que, em relação a este conceito, todas as figuras com notoriedade pública se expunham voluntariamente a essa situação, com a ocupação de um cargo público de relevo ou mesmo tratando-se de pessoas que se expõem voluntariamente e muito frequentemente nos meios de comunicação social mas, Paulo Mota Pinto⁴¹, refere o facto de o fator voluntariedade não ser determinante neste conceito, uma vez que, existem pessoas que são famosas sem terem procurado esse estatuto, temos por exemplo o caso dos monarcas ou familiares de uma celebridade. Neste sentido, e mesmo sem existir o tal fator voluntariedade, podemos exemplificar citando Maia Gonçalves⁴², quando dá o seguinte exemplo «(...)as notícias sobre a eventual gravidez de uma mulher (v.g a visita ao consultório de um ginecologista), em princípio pertinentes à esfera íntima, deixarão de o ser em se tratando da rainha ou consorte real de quem a monarquia espera um herdeiro...».

Quem atenta contra à honra de alguém só tem legitimidade quem invocar factos ilícitos falsos ou são admitidos atentados contra a honra ainda que com afirmações verdadeiras? *Exceptio Veritatis*

Estará justificado o atentado à honra, quando a pessoa provar a verdade do que refere? Ou seja, o desrespeito à honra está justificado com a verdade dos factos que constituem a ilicitude?

A questão é colocada há muito na doutrina- *exceptio veritatis*- a propósito do estudo do artigo 484º do Código Civil, visto que, na letra da nossa lei não verificamos nenhuma indicação quanto à verdade ou falta dela no preceito do artigo aqui em causa. Muitos autores referem que para os pressupostos de responsabilidade civil estarem preenchidos, não constitui facto ilícito se o facto invocado, ainda que possa atentar contra a sua honra, for um facto verdadeiro. De referir, quanto a este propósito, a clareza da legislação alemã sobre este ponto, a posicionar-se no sentido que, apenas a divulgação de factos falsos são suscetíveis de responsabilizar o agente que os invocou. Há, efetivamente, uma norma no Código Civil alemão que refere isso mesmo (artigo 824 do B.G.B). Podemos inferir que, ao aceitar, em tão grande amplitude a *exceptio veritatis*, o legislador alemão, posiciona-se no sentido de dar uma primazia ao valor fundamental da liberdade de expressão⁴³. Desse ponto de vista, só poderiam ser invocados factos que não correspondessem à realidade (falsos) como ilícitos. Não é este, o entendimento geral da doutrina entre nós, até por que se torna um exercício difícil muitas

⁴¹ PINTO, Paulo Mota – O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada. **Boletim da Faculdade de Direito**. Vol. LXIX. Coimbra. 1993. Página 570.

⁴² GONÇALVES, M. Maia – Código Penal Português Anotado E Comentado E Legislação Complementar... *Op. Cit.* Página 537.

⁴³MATOS, Filipe Albuquerque – *Op. Cit.* Página 365.

vezes, no âmbito desta matéria, averiguar a veracidade de algumas afirmações. Há asserções de difícil verificação de veracidade ou não, tais como imputações sobre um indivíduo acerca da sua honestidade, bondade, conceitos abstratos que se tornam difíceis de os tomar como verdades ou mentiras. Neste contexto muitas vezes utilizam-se afirmações que não correspondem à verdade e só têm em vista denegrir a imagem de determinada pessoa. Menezes Cordeiro⁴⁴ refere mesmo afirmações verdadeiras podem atentar contra a honra de uma pessoa, referindo igualmente que o artigo 484º não pressupõe «a falsidade de quaisquer afirmações» para operar.

Além deste argumento, ou seja, de não ser exigível “esta verdade”, este autor justifica ainda a sua posição referindo que, mesmo afirmações verdadeiras podem causar imenso sofrimento, atentar contra a honra e intimidade da vida privada das pessoas pois, nem tudo o que se passa é para ser revelado e passado para um domínio público. Maria Paula Gouveia Andrade⁴⁵, no estudo que faz sobre o artigo 484º, vem corroborar a mesma posição postulada por Menezes Cordeiro. Esta refere, que o facto ilícito se consubstancia com a própria lesão do crédito e do bom nome, ou seja havendo um dano para o agente, há um dano logo, há lugar a responsabilidade civil, assim a *exceptio* não convoca uma causa de exclusão da ilicitude. Antunes Varela⁴⁶ sobre esta matéria, refere, neste âmbito das notícias tanto faz uma notícia ser verdadeira como falsa que, se abalar profundamente o bom nome de uma pessoa (ou seja se for considerado um facto ilícito), esta pode obter uma reparação. Almeida Costa⁴⁷, posiciona-se no mesmo sentido de Antunes Varela, referindo-se, contudo, à importância que a *exceptio veritatis* pode ter quando estejam em causa interesses legítimos. Ao contrário, o autor Pessoa Jorge⁴⁸, entende que só existirá responsabilidade se o facto emitido for falso, a verdade, para este autor, constitui causa de exclusão da ilicitude. Quando referi a posição do autor Almeida Costa, que, admite a *exceptio* quando estejam em causa interesses legítimos, cumpre-me fazer um chamada de atenção para as doutrinas intermédias que resolvem esta questão, de acordo com outros aspetos relevantes, como por exemplo, quando esteja em causa a prossecução de interesses legítimos (posição já descrita do autor Almeida Costa). Situa-se, neste entendimento o autor Menezes Leitão. Assim como, autores há que, tem em conta a culpa, ou seja a conduta dolosa do agente aquando da divulgação de factos verdadeiros,

⁴⁴ CORDEIRO, António Menezes - Tratado de Direito Civil I. Tomo III. 2ª ed. Coimbra: Almedina, 2007. Página 184.

⁴⁵ ANDRADE, Maria Paula Gouveia – *Op. cit.*

⁴⁶ ANTUNES VARELA – Das Obrigações Em Geral. Vol. I. *Op Cit.* Página 548.

⁴⁷ COSTA, Mário de Almeida cit por MATOS, Filipe Albuquerque – *Op. Cit.* Página 367.

⁴⁸ JORGE, Fernando Pessoa – Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil. Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal. Lisboa. 1968. Página 310.

citamos neste entendimento Ribeiro de Faria⁴⁹. A título de curiosidade, de referir a posição da jornalista Judite Sousa sobre este assunto que passo a citar «Em democracia, as notícias não podem ser ignoradas. Sejam verdadeiras ou venham a revelar-se falsas, o conhecimento de algo que acontece tem de ser noticiado.».

Quanto a este aspeto, cumpre-se fazer uma brevíssima distinção com o direito penal. Quanto ao crime de difamação, artigo 180º n.º 2 b) do Código Penal⁵⁰, a ilicitude cessa, se o agente provar que os factos são verdadeiros ou, quando fique provado que o agente teria um fundamento sério para os reputar como verdadeiros. Como vemos, a verdade⁵¹, constitui umas das causas de justificação do ilícito criminal. Todavia e, atendendo à alínea a) do citado artigo teremos de fazer uma análise conjugada com a «prossecução de interesses legítimos». Concluimos assim, que a conduta será, na mesma punível se, mesmo verdadeira, a informação veiculada não cumpriu o requisito do «interesse legítimo». O legislador penal, dá uma supremacia ao valor da verdade e autenticidade, com a cautela do interesse legítimo. A propósito desta situação, Faria Costa⁵², refere que, passo a citar «(...) se se chega à conclusão de que a imputação desonrosa não cumpre um interesse legítimo [...] não há lugar para qualquer produção de prova em ordem a demonstrar a verdade desses factos». Sobre este artigo 180º, a propósito do direito à informação, atentando ao que refere Maia Gonçalves⁵³ no CP anotado, com este artigo «... não se pretende cercear o direito de informar...».

⁴⁹ FARIA, J. Ribeiro cit por MATOS, Filipe Albuquerque Matos – *Op. Cit.* Página 368.

⁵⁰ Quanto à tutela penal dos crimes contra a honra, cumpre-se fazer uma brevíssima distinção entre o artigo 180º da CP, difamação e o artigo 181º, injúria, sendo que, na difamação a violação da honra opera-se por uma divulgação de factos ou juízos perante terceiros, enquanto o artigo 181º a violação opera por uma violação direta por quem é praticado este crime. Citando Faria Costa «a difamação pressupõe uma relação tipicamente triangular enquanto injúria se basta por uma conexão bipolar...», COSTA, José de Faria – Anotação ao artigo 180º do Código Penal... *Op. Cit.* Página 608.

⁵¹ A consagração da exceptio deveu-se ao Decreto de 28 de Outubro de 1910.

⁵² COSTA, José de Faria - Anotação ao artigo 180º do Código Penal. Comentário Conimbricense do Código Penal, Parte Especial, Tomo I. Coimbra. 1999. Página 622.

⁵³ GONÇALVES, M. Maia - Código Penal Português Anotado E Comentado E Legislação Complementar. 12ª ed. Coimbra: Almedina. 1998. Pág. 572.

Direito à intimidade da vida privada

Dentro deste âmbito, dos direitos de personalidade, muitas vezes, quem se sente lesado no bem jurídico honra, invoca o direito à intimidade da vida privada, onde se situa este direito? Devo, imediatamente referir a diferença entre o bem jurídico honra e o direito à intimidade da vida privada. Este direito em apreço, não trata da tutela da honra mas sim, pretende defender as pessoas, contra quaisquer indevidas violações da paz, resguardo e tranquilidade⁵⁴. Esta questão do direito á intimidade da vida privada é muitas vezes suscitada na doutrina e jurisprudência, sendo necessário conhecer-se os limites dessa intimidade. Este direito, mereceu uma consagração autónoma, aquando da entrada em vigor do Código Civil de 1966. O direito em apreço, ⁵⁵era desconhecido até ao final do jusracionalismo, a afirmação deste direito, e a sua consagração legislativa são recentes⁵⁶. Paulo Mota Pinto⁵⁷ menciona que este direito «(...) diz respeito ao mundo particular do ser humano, universo afastado do escrutínio público por desejo do próprio indivíduo e, em respeito à sua individualidade.» Menezes Cordeiro⁵⁸ refere que, o direito à reserva sobre a intimidade da vida privada é, além de tudo o que representa, um direito contra o Estado, na medida em que, este, só se pode “intrrometer” no referido direito à intimidade, em referência a leis constitucionais que o permitam mas, para além dessa vertente, também é um direito oponível a todos os particulares, pois trata-se de um direito absoluto. O Estado, como referi, só se pode “intrrometer” quando para isso tenha legitimidade, mas não só ele é obrigado a obter mecanismos que impeçam tal violação por entidades públicas e privadas, conforme nos alude Gomes Canotilho e Vital Moreira⁵⁹ a propósito do artigo 26º nº2 da CRP. Estas garantias dadas pelo Estado correspondem a sanções penais e civis, sendo que, às de carácter civil

⁵⁴ MOTA PINTO, Carlos Alberto da – Teoria Geral do Direito Civil. 4ª Ed. Por PINTO MONTEIRO, António e MOTA PINTO, Paulo. Coimbra: Coimbra Editora. 2005. Página 212.

⁵⁵ DRAY – Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. Anotações ao Código Civil e ao Código do Trabalho. *Op. Cit.* Página 53.

⁵⁶ O autor Januário da Costa Gomes refere que, o surgimento e a evolução histórica do direito à intimidade da vida privada, se deveu ao aparecimento de técnicas de registo e comunicação, tais como a internet e a evolução genética e comunicacional a uma escala mundial que transformaram o mundo «numa autêntica vitrina onde vegeta o homem...nu.» In GOMES, Januário da Costa – O Problema da Salvaguarda do Computador Antes e Depois do Computador. *Op. Cit.* Página 34.

⁵⁷ MOTA PINTO, Paulo – O Direito à Reserva da Intimidade da Vida Privada. *Op. Cit.*

⁵⁸ ANDRADE, Maria Paula Gouveia – *Op. Cit.*

⁵⁹ CANOTILHO, J.J. Gomes, MOREIRA, Vital – Constituição da República portuguesa anotada. 4ª ed. Revista. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

(âmbito do nosso presente estudo) são de natureza ressarcitória, o seu objetivo é compensar os danos morais e materiais resultantes da lesão deste direito.

Inserimos este direito no âmbito dos direitos de personalidade, ao invés dos direitos de personalidade tutelados pela cláusula geral do artigo 70º, este, tem uma tutela própria, artigo 80º do CC, este artigo faz referência à vida privada por oposição à vida pública cuja distinção é feita mais à frente. Tal qual o direito ao bom nome, este direito, tem a sua tutela constitucional no artigo 26º da CRP, nº1 *in fine* e nº2. Sobre a proteção deste direito no âmbito constitucional, Gomes Canotilho e Vital Moreira, referem que, este direito divide-se em dois direitos menores, são eles; o direito a impedir o acesso de estranhos a informações sobre a vida privada e familiar e o direito a que ninguém divulgue as informações que tenha sobre a vida privada e familiar de outrem. O âmbito deste direito fundamental deve ser visto sob os seguintes aspetos⁶⁰; o respeito dos comportamentos, o respeito do anonimato e o respeito da vida em relação.

Voltando à sua tutela civil, o número dois deste artigo 80º refere que «a extensão da reserva é definida conforme a natureza do caso e a condição das pessoas», este preceito, protege as pessoas, em função de dois elementos, que são; a natureza do caso concreto, isto reporta-se aos valores que estão em causa e que possam ser atendidos, para haver uma intrusão da esfera privada. Por outro lado, atende-se igualmente à condição das pessoas isto significa que, se vai atender à sua notoriedade em particular, se é mais ou, se é menos. Todavia, a propósito de notoriedade, de referir, a este propósito que a notoriedade por si só, não legitima uma intromissão sem mais, da esfera privada da pessoa, porque embora se reconheça a compressão da esfera privada das figuras com notoriedade, tem de existir um interesse público legítimo para a sua divulgação. Rita Amaral Cabral⁶¹ menciona que, a redução da esfera da intimidade das pessoas com notoriedade, não implica, de todo, a respetiva supressão daquele direito, pois a «...intimidade da vida privada existirá sempre, compreendendo as manifestações essenciais de isolamento, isto é, aquelas que não têm relação necessária com a atividade por virtude da qual a pessoa se tornou notória.»

O direito em apreço tutela a vida privada da pessoa em geral, atendendo às mais diversas facetas da vida pessoal, ela abrange tudo o que não é público ou profissional.

⁶⁰ Idem. Página 468.

⁶¹ CABRAL, Rita Amaral – O Direito à Intimidade da Vida privada. Breve reflexão acerca do artigo 80º do Código Civil. **Separata dos Estudos em memória do Prof. Doutor Paulo Cunha**. Lisboa, 1988. Página 28

Este direito à intimidade da vida privada, tem um âmbito muito alargado e é de difícil definição, isto porque é um direito pluridimensional⁶² pois emergiu do complexo universo dos direitos de personalidade. Além disto, deve ser visto como um conceito aberto, citando Rodrigues Bastos⁶³, «... todos aqueles actos que, não sendo secretos em si mesmos, devem subtrair-se à curiosidade pública por naturais razões de resguardo e melindre, como os sentimentos e afectos familiares, os costumes da vida e as vulgares práticas quotidianas, a vergonha da pobreza e as renúncias que ela impõe e, até, por vezes o amor da simplicidade, a parecer desconforme com a grandeza dos cargos e a elevação das posições sociais, em suma: sentimentos, ações e abstenções que podem ser altamente meritórios do ponto de vista da pessoa a que se referem mas, que vistos do exterior, tendem a apoucar a ideia que delas faz o público em geral.»⁶⁴ Manifesta-se de variadíssimas formas e devido a estas formas variadas de manifestação, também há muitas formas de ele poder ser violado. Este é um direito autónomo assim como já o é, noutros países, tais como; França, neste país é deveras conhecida a expressão de Royer-Collard «la vie privée doit être murée», também em Espanha⁶⁵, este direito é garantido pelo artigo 18º nº1 da Constituição de 1978. Na Alemanha⁶⁶, este direito já tem alguma tradição⁶⁷, a proteção da “esfera íntima” e da esfera de segredo foi retirada, do

⁶² LEITE, Ricardo Leite – Liberdade de Imprensa e Vida Privada. **Revista da Ordem dos Advogados**. Ano 54-1994.

⁶³ RODRIGUES BASTOS cit por DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. Anotações ao Código Civil e ao Código do Trabalho. *Op. Cit.* Página 55.

⁶⁴ Idem.

⁶⁵ MOTA PINTO, Paulo – O Direito à Reserva sobre a Intimidade da Vida Privada. **Boletim da Faculdade de Direito**, 1993. Página 518.

⁶⁶ MOTA PINTO, Paulo – O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada. **Boletim da Faculdade de Direito**, 1993. Página 516.

⁶⁷ Sobre esta matéria, é pertinente referir a doutrina do alemão Heinrich Hubman das três esferas, este autor na sua obra *Das Persönlichkeitsrecht*, desdobra a personalidade em três círculos e em cada um deles há uma esfera a preservar, assim se processa a distinção, a esfera íntima (*Intimsphäre*), a esfera secreta (*Geheimnisphäre*) e a esfera privada (*Privatsphäre*). Ora, a esfera íntima refere-se aos factos mais íntimos da personalidade do indivíduo, esta esfera exige um grau absoluto de proteção, aqui encontram-se aspetos pessoalíssimos da vida tais como, orientação sexual ou política. Por sua vez, a esfera secreta relaciona-se com a esfera íntima, ainda assim reveste um carácter mais amplo, aqui há informação muitas vezes conhecida de amigos próximos ou mesmo familiares. Por fim, a esfera privada protege a individualidade da pessoa no âmbito do seu ambiente social. Esta última, esfera corresponde a uma menor proteção, todavia é passível de proteção e apenas admite violação em função do interesse público. In ARRUDA, Milena Bandeira Medeiros de, *Direitos de personalidade: a intimidade da vida privada das pessoas públicas em confronto com a liberdade de imprensa e dos meios de comunicação social*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Faculdade de Direito. 2012. Ainda, quanto a esta matéria, a propósito da esfera íntima e privada, o autor Jónatas Machado, refere que a esfera íntima compreende os aspetos relativos à sexualidade, emoções e sentimentos, enquanto a esfera privada refere-se à inserção do indivíduo num contexto de maior proximidade afetiva ou relacional. In CARVALHO, Alberto Arons de, CARDOSO; António Monteiro; FIGUEIREDO, João Pedro – *Direito da Comunicação Social*. *Op Cit.* Página 202. Guilherme Machado Dray, menciona que a esfera íntima ou secreta deve ser absolutamente protegida, a esfera privada deve ser relativamente protegida, podendo ceder em caso de conflito com outro direito de interesse público, por último, a esfera pública pode ser genericamente

direito geral de personalidade⁶⁸, sendo um dos primeiros casos a vir a público acerca desta matéria referir-se à publicação de fotografias não permitidas de Bismarck⁶⁹ depois de morto, no ano de 1898, todavia além da violação da intimidade estava aqui em causa o direito à imagem. Em Itália, este direito é referido como direito à identidade pessoal e impõe-se posteriormente ao debate doutrinal e jurisprudencial dos anos 50, é o chamado “diritto alla riservatezza”. A violação deste direito pode ser feita, por exemplo, através da publicação de imagens, (não obstante de, a violação do direito à imagem, ter uma tutela individualizada no artigo 79º do CC e que igualmente nos iremos debruçar, a publicação de imagens não deixa de ser uma violação da intimidade da vida privada⁷⁰.) que seriam do âmbito privado, pela devassa de dados informáticos, por invasão de domicílio, até pela publicação de notícias íntimas que podem lesar direitos de personalidade, entre eles o direito à honra. De referir que, o artigo 70º do CC tutela geral da personalidade não engloba o direito à intimidade da vida privada, estando este direito consignado no artigo 80º do CC. Abílio Neto⁷¹, na sua anotação ao Código Civil refere que a intimidade da vida privada não cabe na tutela geral da personalidade, dizendo que nesta tutela geral cabem os direitos à vida, integridade física ou corpórea, à saúde, à liberdade, à honra, bom nome e reputação. O autor M. Januário Gomes⁷² menciona que, foi aquando da chamada «Revolução da informação» que este direito vem sendo posto em causa, devido à facilidade de transmissão de informações e constante divulgação de fotografias.

Sobre esta matéria, Emanuela Vunge⁷³, faz uma afirmação, que segundo ela, deve nortear as questões que são da intimidade da vida privada e as outras; diz esta autora que, deverá verificar-se sempre a fronteira entre o interesse público e o interesse do público. A este propósito, Jónatas Machado⁷⁴ refere que «...o facto de determinadas informações sobre a vida

conhecida e divulgada, in DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. Anotações ao Código Civil e ao Código do Trabalho. *Op. Cit.* Página 56.

⁶⁸ MOTA PINTO, Paulo – O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada. *Op. Cit.* Página 516.

⁶⁹ CORDEIRO, António Menezes Cordeiro – Tratado de Direito Civil I. *Op. Cit.* Página 234.

⁷⁰ Sobre a situação em apreço cito Jorge Rosas de Castro que refere « (...) embora captar a imagem ou a palavra de alguém possa contender também com a reserva da intimidade da vida privada, o que com aqueles se visa tutelar é algo distinto – o poder de disposição de cada um sobre a sua imagem ou sobre a sua palavra, decidindo quem e em que termos pode captar e utilizar uma ou outra». Página 67.

⁷¹ NETO, Abílio – Código Civil Anotado. 17ª ed. Lisboa: Ediforum, 2010.

⁷² GOMES, M. Januário – O problema da salvaguarda da identidade antes e depois do computador. Boletim do Ministério da >Justiça. Nº 319, Outubro. Página 24.

⁷³ VUNGE; Emanuela - A Propósito da Liberdade de Imprensa Vs. Intimidade Da Vida Privada. **Revista Angolana de Direito**. Luanda. Ano 2-Nº3 (2009), p. 199-204.

⁷⁴ MACHADO, Jónatas - Liberdade de expressão. Dimensões Constitucionais da Esfera pública no Sistema Social. *Op. Cit.* Página 793.

privada dos cidadãos suscitarem o interesse do público, em termos fácticos, não significa que a sua divulgação seja de interesse público, em termos normativos...».

Em sentido lato, a vida privada opõe-se à vida pública, sendo que o conceito de vida privada é de difícil delimitação, há uma grande ambiguidade associada a este conceito.

Durante inúmeros anos na Alemanha, considerou-se que o que se passava dentro de casa era privado e o que se sucedia «fora das quatro paredes»⁷⁵ era considerado público⁷⁶. Verificamos este entendimento da jurisprudência alemã, a propósito do famoso caso entre a princesa Carolina do Mónaco e os tribunais alemães⁷⁷. Durante muitos anos entenderam os tribunais alemães que, encontrando-se a princesa Carolina⁷⁸ fora de casa, o seu direito à privacidade e imagem ficavam totalmente limitados perante os direitos à liberdade de expressão e de imprensa.

Da apreciação que os autores franceses Rémy Cabrillac, Marie-Anne Frison-Roche e Thierry Revet⁷⁹ fazem sobre esta matéria infere-se que será redutor referir que a vida pública é a que se desenrola em espaços públicos ou mesmo na rua e que por isso, está acessível a todos em oposição à vida privada que é a que se desenrola em ambientes fechados e para firmar esta mesma posição dão de exemplo uma decisão do Tribunal de Paris em que transcrevem o seguinte exemplo; uma publicação de um vídeo, filmando um casal na cerimónia do seu matrimónio sem o seu consentimento constitui um atentado à sua imagem mas se for filmado num local privado constituirá à mesma, violação do seu direito à imagem se as imagens forem captadas num local público sem o consentimento dos nubentes, ou seja a consequência é a mesma, caso se tratasse de estarmos num local privado ou público, o estava em causa era a exposição da intimidade do casal, por este exemplo podemos verificar não ser critério de apreciação dessa intimidade o local onde estava a decorrer cerimónia. Para atendermos à vaguidade do conceito intimidade da vida privada, de referir que, está

⁷⁵ A este propósito, podemos indagar qual o interesse público em saber para onde vai uma figura pública acompanhada do seu namorado a meio da noite? Ou ainda, quais as compras que faz habitualmente no supermercado? Há neste caso, um interesse do público, uma mera curiosidade em conhecer aspetos privados das figuras públicas, deve-se a isto a proliferação de imprensa sensacionalista, que embrenhada em captar o maior número de lucro possível, muitas vezes restringe indiscriminadamente o direito à intimidade da vida privada.

⁷⁶ A propósito desta problemática, Paulo Mota Pinto, refere que «(...) o locus não parece ser o único critério, deve notar-se que é um indício importante, pelo que a vida do lar, com o conjunto dos factos que aí decorrem, deve ter-se por vida privada, salvo prova em contrário...» in MOTA PINTO, Paulo – Direito à Reserva da Intimidade da Vida Privada. *Op. Cit.*

⁷⁷ MOTA, Francisco Teixeira da - A Liberdade de Expressão em Tribunal. Relógio D`Água Editores, 2013, página 43.

⁷⁸ Abordagem mais ampla do caso Carolina do Mónaco, Von Hannover c. Alemanha no capítulo referente a “Como são resolvidos estes conflitos de direito no seio de outros ordenamentos jurídicos”.

⁷⁹ CABRILLAC, Rémy, ROCHE, Marie- Anne Frison, REVET, Thierry - Libertés et droits fondamentaux. 16^e edition. Éditions Dalloz, 2010.

ultrapassado o estrito entendimento de que, o que se passa num local público será público e privado no que é passado “entre quatro paredes”. Estes mesmos autores referem que dada a inexatidão de critérios será melhor não referir vida privada mas sim, um direito à tranquilidade da existência, no fundo um direito à calma, o famoso conceito “right to privacy”⁸⁰ que fez história⁸¹ quando foi escrito⁸² por dois advogados nova-iorquinos Samuel D. Warren e Louis Brandeis⁸³ em 1890, assim como o conceito “to be let alone” enunciado pelo autor Thomas Cooley que empregou este conceito dois anos antes do famoso «right to privacy».

Estes autores, dois advogados nova-iorquinos escreveram um artigo, intitulado «o direito à privacidade», que veio a fazer história no âmbito da tutela destes direitos, esta proteção, segundo estes advogados mentores da tutela deste direitos, seria alcançada através de indemnizações e injunções para se assegurar o cumprimento deste direito. Logo de início, quando este artigo foi publicado não se verificou de imediato o impacto que teve mas, paulatinamente, os casos de proteção da “privacy” foram efetivos, passando a constar do segundo Restatement. De referir que, os já citados Samuel Warren e Louis Brandeis, foram os impulsionadores⁸⁴ para que a privacidade fosse considerada como bem autónomo nos Estados Unidos⁸⁵. Em 1905 reconheceu-se jurisprudencialmente da “privacy”, mediante uma decisão do Supremo Tribunal da Geórgia, que condenou uma companhia de seguros a indemnizar um indivíduo cuja fotografia havia sido abusivamente utilizada por aquela companhia no âmbito de uma campanha publicitária⁸⁶. A partir daí desenvolveu-se o conceito no seio de outros ordenamentos jurídicos.

Os casos referentes a esta matéria tanto se sucederam, que houve necessidade de fazer uma distinção do tipo de situações em apreço, foi o autor Prosser que fez essa mesma distinção havendo assim situações que se inserem nos seguintes âmbitos: intromissão dos

⁸⁰ WARREN, Samuel, BRANDEIS, Louis- HARVARD LAW REVIEW, The right to privacy/ The implicit made explicit. nº4, **Harvard Law Review**.

⁸¹ CARVALHO, Alberto Arons de - Direito da Comunicação Social. *Op. Cit.*

⁸² O artigo escrito por estes dois precursores da construção dogmática e jurisprudencial do direito à privacidade tinha como título «The right to Privacy/The implicit made explicit.»

⁸³ Samuel Warren, fazia parte de uma família abastada de Boston, cuja vida privada suscitava o interesse da imprensa sensacionalista ou amarela. In ARRUDA, Milena Bandeira Medeiros – Direitos de Personalidade: A Intimidade Da Vida Privada Das Pessoas Públicas Em Confronto Com A Liberdade de Imprensa E Dos Meios De Comunicação Social. *Op. Cit.* 67.

⁸⁴ CARVALHO, Alberto Arons de - O Direito da Comunicação Social. *Op. Cit.*

⁸⁵ PINTO, Ricardo Leite – Liberdade de Imprensa e Vida Privada. **Revista da Ordem dos Advogados**, Ano 54. 1994. Página 66.

⁸⁶ DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. Anotações ao Código Civil e ao Código do Trabalho. *Op. Cit.* Página 53.

negócios privados, revelação de factos embaraçosos, publicidade falsa com aproveitamento da pessoa, apropriação do seu nome, imagem ou fatores semelhantes.

Ao invés destas compartimentações, o autor Bloustein refere que todas estas violações se resumem à violação da dignidade da pessoa humana.

O valor privacidade tutela ainda, outras informações⁸⁷ que apenas ao próprio dizem respeito e que, não se reduzem à proteção dos bens de personalidade. Há outras tutelas de segredo⁸⁸ com uma específica previsão legislativa como tais; o segredo bancário, o segredo dos seguros, os segredos profissionais, o segredo de justiça ou mesmo segredo doméstico.

Violação da intimidade do direito à vida privada através de captação de imagens

A captação de imagens, pode constituir tanto uma violação do direito à intimidade da vida privada como, igualmente, do seu direito à imagem⁸⁹. Constitucionalmente, está presente no artigo 26º da CRP. Menezes Cordeiro⁹⁰, refere que os Códigos Civis iniciais não autonomizaram o direito à imagem. Esta proteção aparece no código italiano pela primeira vez.

O nosso Código Civil tutela o direito à imagem no artigo 79º nº1, referindo que só com o consentimento da pessoa, é possível a captação de fotografias suas, claro que, este consentimento pode ser tácito, admitamos uma figura pública que vai a um evento, claro que concordará com a exposição desse mesmo evento, em revistas do social, o nº2 deste artigo 79º refere essa mesma situação, as situações em que o consentimento não é necessário, são elas; se assim se justificar a notoriedade da pessoa ou o cargo que desempenhe; as exigências de polícia ou de justiça; finalidades científicas, didáticas ou culturais, se a imagem estiver enquadrada em locais públicos ou ainda se ela advier de factos que tenham interesse público na sua divulgação, ou mesmo àqueles factos que decorram publicamente. Todavia, este direito, mesmo tendo em atenção o nº2 do artigo 79º, tem limites⁹¹, limites esses que se violados poderão originar uma tutela penal. A propósito da violação deste direito, será

⁸⁷ CORDEIRO, António Menezes - Tratado de Direito Civil Português, *Op Cit.*

⁸⁸ SOUSA, R. Capelo de – O Direito Geral de Personalidade. *Op. Cit.* Página 329.

⁸⁹ Sobre esta matéria atender à nota de rodapé nº 55.

⁹⁰ CORDEIRO, António Menezes – Tratado de Direito Civil I, *Op. Cit.* Página 237.

⁹¹ Sobre esta matéria citemos Paulo Mota Pinto quando refere «o próprio voyeurismo pode igualmente ser ilícito, se for exercido sobre a pessoa na sua vida privada, por exemplo, com a ajuda de instrumentos óticos. Da mesma forma, a realização de fotografias ou filmes, ou de registos de voz ou de outros sons da vida privada, constitui intrusão ilícita.» In PINTO, Paulo Mota – A proteção da vida privada e a Constituição. Boletim da Faculdade de Direito. Vol. LXXVI, 2000. Página 170.

pertinente referir, a teoria das esferas do autor alemão Hubmann⁹² que Menezes Cordeiro⁹³ utiliza, para se reportar à possibilidade ou não de captação de imagens consoante a definição dessas mesmas esferas (confrontar a nota de rodapé nº55). Sendo que, para Menezes Cordeiro as esferas privadas, secretas e íntima nunca seriam passíveis de captação de imagens sem a necessária autorização do visado, excepcionando-se os casos em que a captação de imagens constitua um caso de interesse público.

A nível penal, este crime é tutelado, nomeadamente nos artigos 192º « Devassa da vida privada», este artigo sanciona criminalmente a pessoa que, sem o consentimento e com a intenção de devassar a vida privada de outrem, designadamente a intimidade da vida familiar ou sexual captar, fotografar, filmar, registar ou divulgar imagem das pessoas ou de objetos ou espaços íntimos (nº1 alínea b) Neste artigo visa-se punir condutas semelhantes mas exige-se que o agente tenha a real intenção de devassar e ofenda efetivamente a privacidade de outrem⁹⁴. Também o artigo 199º do citado código, que tem como epígrafe «Gravações e fotografias ilícitas», protege o bem jurídico, imagem. É objetivo este artigo proteger-se o direito à palavra e à imagem, como bens autónomos, independentemente de violarem ou não a privacidade de alguém⁹⁵. O autor⁹⁶ do projeto deste artigo 199º justificou esta disposição como sendo uma fonte de exigência da sociedade, uma vez que devido ao progresso seria fácil reproduzir a intimidade de outrem, dessa forma poderia levar à destruição do princípio da confiança nas relações sociais, o que poderia constituir o fim de toda a segurança.

⁹² Cfr. nota de rodapé nº55.

⁹³ CORDEIRO, António Menezes – Tratado de Direito Civil I. *Op Cit.* Página 241.

⁹⁴ CARVALHO, Alberto Arons de – Direito da Comunicação Social. *Op Cit.* Página 205.

⁹⁵ Idem.

⁹⁶ GONÇALVES, M. Maia – Código Penal Português anotado e comentado e legislação complementar. *Op.Cit.* Página 603.

Violação do direito à honra e violação do direito à intimidade da vida privada no caso das figuras públicas

Obviamente, estando em causa figuras de relevo social, por ocuparem cargos públicos, ou por terem profissões de relevo e serem conhecidas de toda a gente, o seu âmbito de proteção quanto à honra está já, limitado. Claro que, quem ocupa cargos políticos ou públicos de grande relevo social, está mais sujeito à crítica dos outros, assim como, aqueles que são autores de obras e depois as publicam, a partir daí, há um direito de escrutínio que tem de ser permitido e estes sujeitos não se poderão insurgir perante uma crítica mais feroz, apesar de ainda muitos o fazerem e “por pouco” se sentirem lesados.

Sobre esta matéria o antigo presidente norte-americano⁹⁷ Harry Truman⁹⁸ utilizou uma expressão sobre o assunto; dizia então ele que «quem não suporta o calor, não deve trabalhar na cozinha». A realidade é que, quem faz parte do poder político, económico e social terá que submeter-se a um escrutínio mais exigente por parte da sociedade. Como refere Francisco Teixeira da Mota, «são ossos do ofício». Não obstante, as figuras públicas, terão direito ao seu direito à honra e dentro desta ao bom nome, assim como tem direito à reserva da intimidade da vida privada mas, há uma clara diminuição do seu direito à privacidade, isto porque do outro lado existe, o direito a saber por parte dos eleitores (tratando-se de figuras do panorama político) e, da sociedade em geral. Posição inversa, encontramos no autor Pedro Pais de Vasconcelos⁹⁹ que passo a citar «as chamadas “figuras públicas”... têm o mesmo direito à privacidade que todas as pessoas. Admitir para elas um estatuto pessoal degradado seria inconstitucional e colidiria com o princípio da igualdade.» Este autor¹⁰⁰ menciona que, o direito à intimidade da vida privada deverá ser protegido, a partir do princípio, segundo o

⁹⁷ Sobre este assunto, cito Judite Sousa «Na sociedade americana, a história pessoal dos responsáveis políticos é inseparável do voto. Não raras vezes é a vida do candidato ou do Presidente que se torna essencial para aferir da sua competência para o exercício do cargo. A imagem pública do político é aquela que os media revelam sobre o seu passado, sobre a sua família, sobre a sua mulher e filhos, amores e desamores, paixões e traições. Tudo isto é visto, revisto e comentado até ao último detalhe. Enchem-se páginas de jornais, fazem-se programas de televisão, a vida do político é analisada à lupa e origina fóruns de debate na Internet... na Europa, o escrutínio sobre a vida privada não é tão rígido. Existe uma clara separação entre a ação política e a esfera íntima, embora exista sempre uma enorme curiosidade, talvez mesmo voyeurismo, à volta das figuras públicas...». In SOUSA, Judite – A Vida é um Minuto, o poder e a imagem. Alfragide: Oficina do Livro. 2009. Página 104.

⁹⁸ MOTA, Francisco Teixeira da – A Liberdade de Expressão em Tribunal. *Op. Cit.* Página 20.

⁹⁹ VASCONCELOS, Pedro Pais de, cit por DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. Anotações ao Código Civil e ao Código do Trabalho. *Op Cit.* Página 57.

¹⁰⁰ *Idem.*

qual, deverá partir-se sempre de uma premissa fundamental que é a seguinte; toda e qualquer ingerência na intimidade é inadmissível, sendo apenas lícitas, algumas intromissões em especial, quando sejam justificadas à luz de interesses superiores. Para o TEDH, estando em causa figuras públicas, os limites da crítica aceitáveis, são mais amplos no caso de um político do que em relação a um cidadão comum. O comum cidadão não tem tanta facilidade de chegar aos meios de comunicação social para se defender, além de que, uma figura habituada aos palcos públicos está habituada ao escrutínio público¹⁰¹ constante. A propósito da exposição da liberdade de imprensa por parte do TEDH, Ana Maria Guerra Martins¹⁰² refere perentoriamente, constituírem os limites da crítica, por parte da comunicação social em relação a uma figura pública menos rigorosos do que se se tratassem de uma pessoa anónima.

Sendo que, no caso concreto dos direitos a colidir serem a honra e informação, parece que constatamos uma, ainda, tendência de colocar a honra acima do direito à liberdade de imprensa. Porque acontece ainda esta tendência? Várias pessoas, nomeadamente intervenientes do palco jurídico, têm-se pronunciado sobre o assunto, o Procurador-Geral Adjunto Euclides Dâmaso Simões adianta, se este modo de decidir, não terá a ver «(...)com os clichés do “país do respeitinho”, “respeitinho” confundido com intolerância à crítica e ao dissenso, cultivado ao longo dos séculos [...] a quase insuportável imobilidade social e a contiguidade excessiva das elites».

¹⁰¹ Idem, página 34.

¹⁰² MARTINS, Ana Maria Guerra - Direito Internacional dos Direitos Humanos. Almedina, 2006, página 245.

Direito à Informação

Necessidade sociocultural de comunicação do Homem

O Homem, é um ser social, segundo Castanheira Neves¹⁰³, « ... é um ser com os outros», pois realiza-se e completa-se em comunidade. Porque, é em comunidade, que o homem vai afirmar o seu “eu”. E é, na interação social, e em comunidade que a pessoa vai solidificar a igualdade e aí poder afirmar a sua própria liberdade. Considerando que é perante os outros, em sociedade, que se cumpre a linguagem, o diálogo ou seja a comunicação, debruçemo-nos sobre os tipos de comunicação existentes de acordo com o autor Castanheira Neves¹⁰⁴. Este refere-se a três tipos de comunicação; sendo elas, a comunicação-comunicação, a comunicação- informação e a comunicação- publicização. Citando o autor, o primeiro tipo de comunicação referido é « A comunicação que se estabelece entre pessoas concretas e infungíveis, mediante linguagem hermeneuticamente assimilada e que, numa situação de bilateral alteridade, mobiliza a dialógica argumentativa...», esta é a «(...) humana comunicação originária e autêntica... » ; o segundo tipo de comunicação referido pelo autor, a comunicação- informação é aquela que se realiza pela troca de informações, através de meios específicos (ou especificados) que lhe correspondem, entre sujeitos de um certo «sistema de informação», numa recíproca unilateralidade de seleção e transmissão, e em que, apenas cabe, pelo lado do recetor, uma seleção- reação. Falta referir o terceiro tipo de comunicação enunciado pelo autor, esta designada por comunicação- publicização, esta corresponde às características enunciadas acerca da comunicação- informação «mas com a particularidade importante além da índole e nível específicos da sua informação) que lhe advém dos meios com que actua (os mass media) e do seu receptor-destinatário, que é o público em geral».

¹⁰³ CASTANHEIRA NEVES - Curso de Introdução ao estudo do Direito: extratos: lições proferidas a um curso de 1º ano da Faculdade de Direito de Coimbra. (Lições policopiadas). Coimbra, 1971-1972. Página 117.

¹⁰⁴ Idem.

A importância da função desempenhada pela imprensa

É indiscutível o papel desempenhado pela imprensa. A expressão “saber é poder”, é hoje em dia uma verdade absoluta, pois só o conhecimento garante, uma igualdade de oportunidades a todos os cidadãos, para isso é necessário que a veiculação da informação se faça num ambiente de ampla liberdade, tal qual é “pedido” pelo estado de direito democrático em que vivemos. Gomes Canotilho e Vital Moreira¹⁰⁵, referem mesmo que a liberdade de imprensa atingiu o patamar de «garantia constitucional da livre formação de opinião pública no Estado constitucional democrático.»

O autor Jónatas Machado¹⁰⁶ refere que, o direito à informação, nas vertentes que o compõem, são «direitos fundamentais do status activus dos cidadãos, possibilitadores da sua participação democrática».

Percurso do Direito à Informação em Portugal

Centremo-nos um pouco na liberdade de expressão, esta liberdade não teve um percurso fácil em Portugal¹⁰⁷, tem sido mesmo uma liberdade desconsiderada ao longo do tempo e talvez essa situação, tenha contribuído para um entendimento muito limitado das questões relativas a esta matéria de honra e informação.

A liberdade de expressão, liga-se à liberdade de imprensa, pois a partir desta é que os problemas começaram a surgir. Acerca do ano de 1439, em Estrasburgo, Gutenberg realizou as chamadas prensas móveis, a invenção desta tipografia deu origem a um proliferar de ideias que podiam ser divulgadas. No ano de 1487¹⁰⁸, foi publicado o primeiro livro impresso. A partir desse momento haveria um perigo constante de veiculação de opiniões que poderiam melindrar os poderes estaduais admitidos. Nesse tempo era impensável a imprensa poder atacar o Estado, na altura a igreja Católica era a religião oficial do Estado. No ano de 1536, foi criada no nosso país a Inquisição ou o tribunal de Santo Ofício. Ora, a Inquisição foi

¹⁰⁵GOMES CANOTILHO, VITAL MOREIRA – Constituição da República portuguesa Anotada. 7ª ed. Coimbra: Coimbra Editora. 2007. Página 581.

¹⁰⁶ MACHADO, Jónatas E. M – Liberdade de expressão. Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social. Coimbra: Coimbra Editora, 2002.

¹⁰⁷ MOTA, Francisco Teixeira da - A liberdade de Expressão em Portugal. Relógio D'Água Editores, Maio de 2013.

¹⁰⁸ Idem.

criada entre outros objetivos para, combater a liberdade de expressão, quanto ao que podia sair na imprensa que não interessasse ao Estado e ainda, censurava obras e o que se dizia ficando mesmo coartada a liberdade de pensamento. Havia nessa época um absolutismo ideológico. O livre exercício da liberdade de expressão estava assim obstaculizado.

Em suma, foram anos e anos de restrições ao livre desenvolvimento da personalidade humana, devido ao medo de, se exprimir uma ideia ou pensamento discordante com os poderes instituídos pois, se o ousassem fazer, incorreriam na prática de crimes graves¹⁰⁹.

Posteriormente ao facto histórico do vinte e cinco de abril de mil novecentos e setenta e quatro, a liberdade de expressão foi restaurada, sendo que os limites que se impõem a ela, quanto à não violação de direitos absolutos de outrem passaram a ser decididos pelos tribunais de acordo com a lei e deixaram de ser decididos administrativamente¹¹⁰. A lei de imprensa de 1975 foi realizada tendo em conta um modelo liberal, a censura prévia foi rejeitada, assim como qualquer forma de repressão administrativa. Foi consagrado, pela primeira vez, o direito à informação, o sigilo profissional e a cláusula de consciência do jornalista¹¹¹. Claro que, depois dessa data histórica marcante que foi o vinte e cinco de abril, os casos de violação do direito à informação foram sendo paulatinamente reconhecidos.

A propósito do direito à informação e consequentemente à liberdade de expressão, no artigo 16º da Constituição da República Portuguesa refere que, os direitos fundamentais nela consignados, não excluem quaisquer outros constantes das leis e das regras aplicáveis de direito internacional e, por outro, que os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem de 10 de Dezembro de 1948.

A este propósito, está consignado na Declaração Universal dos Direitos do Homem, no artigo 19º que, todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão e que isso implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e de procurar receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão. Está contido, neste artigo 19º da DUDH, a valência do direito à liberdade de expressão que se insere dentro do âmbito do direito à informação.

¹⁰⁹ Francisco Teixeira da Mota, a propósito de Portugal ter estado anos e anos sob a alçada de diversos regimes de censura refere, como sendo essa, uma das causas de, num conflito de direitos, entre a honra e a informação, a jurisprudência sobre o assunto, se vir posicionando no sentido de pender mais para a tutela do direito à honra. In MOTA, Francisco Teixeira da – A Liberdade de Expressão em Tribunal. *Op Cit.* Página 13.

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ CARVALHO, Alberto Arons de; CARDOSO, António Monteiro; FIGUEIREDO, João Pedro – Direito da Comunicação Social. *Op. Cit.* Página 25.

Ainda em sede de direito internacional, temos a Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Esta Convenção, foi assinada em Roma a 4 de Novembro de 1950, a que a CRP, se encontra, igualmente, vinculada, refere que, qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão, esta compreende a liberdade de opinião e de receber ou de transmitir informações ou ideias sem a ingerência de qualquer autoridade pública, este direito encontra-se no seu artigo 10º. Este artigo, na sua primeira parte refere que todos têm direito à liberdade de expressão, na segunda parte, do referido artigo refere que o exercício da liberdade de expressão, contempla deveres e responsabilidades, que se infringidas, podem levar a sanções. Ou seja, como direito fundamental, conhece limites, não é absoluto e no seu nº 2 do artigo em análise, traz limites à sua aplicação, nomeadamente exceções ou condicionamentos à liberdade de expressão.

Vejamos, agora, no plano nacional, o que nos diz a CRP. A liberdade de expressão e de informação, artigo 37º CRP e a liberdade de imprensa e meios de comunicação social, referida no artigo 38º CRP, inserem-se no capítulo dos direitos e liberdades pessoais que são diretamente aplicáveis e vinculam as entidades públicas e privadas. Todavia, não se tratam de direitos absolutos, pois a lei ordinária pode restringi-los nos casos expressamente previstos na CRP e em termos de se limitarem ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos, conforme o artigo 18º da CRP. Gomes Canotilho e Vital Moreira¹¹², escreveram em relação ao artigo 37º que « o direito de expressão é, desde logo e em primeiro lugar, a liberdade de expressão, isto é, o direito de não ser impedido de exprimir-se e de divulgar ideias e opiniões. Neste sentido, enquanto direito negativo ou direito de defesa, a liberdade de expressão é uma componente da clássica liberdade de pensamento, que tem outras dimensões na liberdade de criação cultural, artigo 42º, na liberdade de consciência e de culto, artigo 41º, na liberdade de aprender e ensinar, artigo 43º e, em certa medida, na liberdade de reunião e manifestação, artigo 45º.» Os autores supra citados referem ainda que este direito, tem um conteúdo positivo do direito de expressão, que é reforçado pelo nº4, do artigo em causa, 37º CRP. No entender do autor Capelo de Sousa¹¹³, com estes direitos de liberdade de expressão e de informação, tutelam-se aspetos determinantes tanto, da autodeterminação da pessoa humana como, da sua integração comunitária, ou seja, protege-se a vertente de liberdade de pensamento e de expressão assim como, a vertente da inserção social. Há uma unidade incindível entre o pensamento e a expressão, enquanto vertentes do

¹¹² GOMES CANOTILHO E VITAL MOREIRA -Constituição da República Anotada, Vol. I, 4ª edição. Coimbra: Coimbra Editora. Págs. 572-573

¹¹³ SOUSA, Rabindranth Capelo de – O Direito Geral de Personalidade... *Op. Cit*, pág.273.

direito á liberdade de expressão. Filipe Albuquerque Matos¹¹⁴, refere que essa ligação, das duas vertentes enunciadas já aparecia enunciada no Código de Seabra no artigo 361º, onde se fazia referência ao exercício das faculdades intelectuais, onde se evidenciava o pensamento e a expressão. No artigo 40º Direitos de antena, de resposta e de réplica política e no artigo 41º nº5, em que se garante a liberdade de ensino de qualquer religião e também a utilização de meios de comunicação para o cumprimento das suas atividades¹¹⁵.

Verificada a salvaguarda constitucional deste direito, vejamos como é tutelado ao nível da lei ordinária.

A Lei nº1/99 de 13 de Janeiro, Estatuto dos Jornalistas, refere no artigo primeiro, serem jornalistas os que, como ocupação principal, permanente e remunerada, exercerem funções de pesquisa, recolha, seleção e tratamento de factos, notícias ou opiniões, através de texto, imagem ou som, destinados à divulgação informativa. No nº6 nas alíneas de a) a b), desta lei, refere «constituem direitos fundamentais dos jornalistas, além do mais, a liberdade de expressão e de criação e de acesso às fontes de informação e a garantia do sigilo profissional e de independência». Neste artigo 6º, está exposto o direito de acesso às fontes de informação, todavia, este acesso às fontes de informação, «não abrange os processos em segredo de justiça, os documentos classificados ou protegidos ao abrigo de legislação específica nem os dados pessoais não públicos dos documentos nominativos relativos a terceiros», conforme artigo 8º nº3 da referida lei. Ainda no nº 11, vem referido «Salvo o disposto na lei processual penal, os jornalistas não são obrigados a revelar as suas fontes de informação, e o seu silêncio não é passível de sanção direta ou indireta».

Além do Estatuto dos Jornalistas, temos a Lei nº2/99 de 13 de Janeiro que é a Lei de Imprensa, esta além de nos dar o conceito de imprensa, refere que «É garantida a liberdade de imprensa, que abrange o direito de informar, de se informar e de ser informado sem impedimentos, discriminações ou limitações por qualquer tipo de censura», artigo 1º. Refere que «são informativa se visarem predominantemente a difusão de informações ou notícias, e de informação geral se o seu carácter for não especializado, e de informação especializada caso se ocupem predominantemente de determinada matéria, designadamente científica, literária, artística ou desportiva», conforme o artigo 13º números 2 a 4.

¹¹⁴ MATOS, Filipe Albuquerque – Responsabilidade Civil por Ofensa ao Crédito e ao Bom Nome. Coimbra: Almedina, 2011.

¹¹⁵ Idem.

De referir, conforme os artigos 19º nº1 e 20º nº1 a) que «as publicações periódicas devem ter um diretor, a quem compete, além do mais, orientar, superintender e determinar o conteúdo da publicação».

Como limites à informação, a Lei de Imprensa «(...) são os que decorrem da lei-fundamental e ordinária- de forma a salvaguardar o rigor e a objetividade da informação, a garantir os direitos ao bom-nome, à reserva da intimidade da vida privada, à imagem e à palavra dos cidadãos e a defender o interesse público e a ordem democrática», conforme o artigo terceiro.

Nesta supra referida lei, refere que, para se determinar as formas de efetivação da responsabilidade civil emergente de factos cometidos por meio da imprensa, observam-se os princípios gerais e, no caso de escrito ou imagem inseridos em publicação periódica com conhecimento e sem oposição do diretor ou do seu substituto legal, as empresas jornalísticas são solidariamente responsáveis com o seu autor pelos danos que tiverem causado, segundo o artigo 29º.

Há uma salvaguarda relevante de proteção dos agentes que podem configurar uma notícia, que podemos igualmente vislumbrar no Código Deontológico aprovado pela Assembleia Geral do Sindicato dos Jornalistas. Este código visa regular a conduta profissional destes agentes e consagra o dever de relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade, devendo comprová-los, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso, combater o sensacionalismo e considerar a acusação sem provas como grave falta profissional, salvaguardar a presunção de inocência até ao trânsito em julgado da sentença, assumir a responsabilidade por todos os seus trabalhos e atos profissionais, promover a pronta retificação das informações que se revelem inexatas ou falsas e não humilhar as pessoas ou perturbar a sua dor, nomeadamente nos artigos 1, 2, 5 e 7.

Colisão de direitos - Perspetivas de superação

Por um lado temos o direito à informação, direito complexo que se desdobra em direitos subjetivos públicos¹¹⁶, pois envolve, o direito de informar, o direito de se informar e o direito a ser informado. Por outro, temos a proteção da honra e a violação da intimidade da vida privada, ambos já anteriormente explicitados. Como estamos perante uma colisão de direitos, presente no artigo 335º do CC, é preciso atender ao caso concreto, há que harmonizar no caso, um e outro direito, pois de antemão, não podemos privilegiar um em detrimento do outro. O nosso ordenamento jurídico não nos oferece maior solução do que atender ao referido artigo 335º CC e interpretar o caso concreto que se tem de atender.

Mas, antes de verificarmos a solução para a resolução destes casos, reportemo-nos à distinção entre conflitos aparentes e conflitos reais.

Capelo de Sousa¹¹⁷, alerta para o facto de termos atenção se concretamente estamos perante, ou não, de um conflito de direitos. Assim, para que exista uma colisão real de direitos, devem estar preenchidos os requisitos jurídico-materiais de cada um dos direitos em análise. Assim, não existirá um conflito de direitos, quando não chega a existir um direito à liberdade de expressão, em sentido inverso, para que estejamos perante um direito à liberdade de imprensa, a notícia terá de ser dotada do requisito, interesse público legítimo. Também não constitui ofensas á honra ou violação da intimidade da vida privada, quando não exista o facto ilícito de violação dos direitos de personalidade invocados ou mesmo quando, se revelem factos privados da pessoa todavia, foi ela própria a nisso consentir, artigo 81º CC¹¹⁸ (Limitação voluntária dos direitos de personalidade). Caso não haja um conflito real de colisão de direitos, encontramos-nos perante um conflito aparente. O autor Vital Moreira¹¹⁹, em «O Direito de Resposta na Comunicação Social», refere ser uma das vias abertas pela própria Constituição para a resolução do conflito em apreço.

¹¹⁶ LOPES, Tânia Alexandra Arrais Pacheco Lopes - A Liberdade de Expressão e a Liberdade de Imprensa, Revista do Ministério Público nº 129, página 173.

¹¹⁷ CAPELO DE SOUSA, R – Conflito entre a liberdade de imprensa e a vida privada. *Op. Cit.* Página 1126.

¹¹⁸ De referir que à limitação voluntária dos direitos de personalidade devem-se adotar os requisitos que constam do artigo 280º, que condicionam a validade do negócio jurídico; a determinabilidade, ou seja, a limitação deverá ser delimitada quanto; aos seus termos, ao tempo e finalidade e ainda ter em atenção os bons costumes. In DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. *Op. Cit.* Página 59.

¹¹⁹ VITAL MOREIRA – O Direito de Resposta na Comunicação Social. *Op. Cit.* Página 160.

Se existir um conflito real de direitos, terá de se fazer uma hierarquização material dos casos concretos, ou seja, terá de se atender à ponderação dos interesses em causa, e ter em atenção o princípio da proporcionalidade, podendo apenas ocorrer a restrição de um dos direitos ou interesses constitucionalmente protegidos para salvaguardar na medida do necessário¹²⁰, aquele que seja preponderante no caso em apreço. O mesmo autor, Vieira de Andrade, refere, não ser possível estabelecer-se aprioristicamente uma hierarquia entre direitos da mesma espécie.

O interesse público legítimo é outro fator, que vai permitir verificar no caso concreto se a limitação do direito à honra ou da violação da intimidade da esfera privada está, por esse fator justificada.

No entendimento de Menezes Cordeiro¹²¹, há dois fatores a ter em conta, o da absoluta veracidade e, além deste, o do interesse político-social. Quanto ao primeiro fator, refere este autor que nenhuma liberdade de comunicação justifica notícias falsas, pois segundo ele, a liberdade de informar «exige uma verdade pura, sem equívocos ou sombras.» Quanto ao interesse político-social, é exigível estar salvaguardado pois visa, proteger um político do que o autor denomina de «honras imerecidas». Para o constitucionalista, Jónatas Machado¹²² a liberdade de expressão deverá ser amplamente protegida, a não ser que exista uma violação particularmente grave dos direitos de personalidade. Este mesmo autor refere que os direitos de personalidade configuram limites constitucionalmente imanes das liberdades de comunicação, sendo o inverso igualmente verdade.

O constitucionalista chileno Humberto Nogueira Alcalá menciona não se poder falar de hierarquia de direitos, pois estes encontram-se no mesmo nível de proteção no seio constitucional, deverá sim falar num equilíbrio.

¹²⁰ ANDRADE, José Carlos Vieira de – Os Direitos Fundamentais da Constituição Portuguesa de 1976. *Op. Cit.*

¹²¹ CORDEIRO, António Menezes – Tratado de Direito Civil, Tomo III. *Op. Cit.* Página 187.

¹²² MACHADO, Jónatas E. M – Liberdade de Expressão, Dimensões Constitucionais da Esfera Pública no Sistema Social. *Op. Cit.* Página 750.

Direito Internacional

Surgimento da CEDH

A Convenção para a proteção dos Direitos do Homem¹²³ e das Liberdades fundamentais mais conhecida por Convenção Universal dos Direitos do Homem, a que Portugal está adstrito, desde 1978 é uma lei interna, de hierarquia superior às leis ordinárias¹²⁴.

Esta Convenção, foi criada no seguimento da 2ª Guerra Mundial, sendo Winston Churchill o impulsionador desta ideia de uma construção de “uma espécie de ONU europeia”. Esta ideia de uma Europa unida foi ganhando consistência e, em Março de 1948, os países, Bélgica, França, Holanda e Luxemburgo celebraram o Tratado de Bruxelas, reafirmando os ideais proclamados na Carta das Nações Unidas. Em Maio do ano seguinte, aos países referidos juntaram-se a Dinamarca, Irlanda, Itália, Noruega e Suécia assinando em conjunto o Estatuto do Conselho da Europa.

Estes membros do Conselho da Europa no artigo terceiro do seu Estatuto reconhecem os princípios do primado do Direito e de que qualquer pessoa goze dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Assim, todos os estados membros do Conselho da Europa estavam submetidos a estes dois princípios basilares, sendo o seu incumprimento causa de suspensão ou expulsão, conforme se verifica da leitura dos artigos 8º e 9º do Estatuto do Conselho da Europa. Portugal só após a Constituição de 1976 se pode tornar membro do Conselho da Europa.

Como referia, o surgimento da CEDH teve origem no seguimento dos horrores vividos durante a 2ª Guerra Mundial e visava o respeito pelos direitos humanos, havia uma necessidade enorme de proteger os direitos humanos depois do flagelo a que se tinha assistido durante a Guerra que houvesse valores comuns políticos e culturais.

¹²³ Guilherme Machado Dray menciona tratem-se de Direitos do Homem, passando a citar «os que resultam dos catálogos de direitos dos Tratados E Convenções Internacionais. Abrangem não apenas os direitos originários como, também, todo um conjunto de direitos considerados universais e fundamentais pela comunidade jurídica internacional. Assim sucede, nomeadamente, com alguns direitos enumerados na Declaração Universal dos Direitos do Homem... o critério que os distingue dos direitos de personalidade, é o da respetiva titularidade: são direitos de todos os homens, independentemente da sua origem, raça, sexo, religião ou convicções.» In DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. *Op. Cit.* Página 29.

¹²⁴ MARTINS, Ana Maria Guerra, «Direito Internacional dos Direitos Humanos», Almedina, 2006, página 193.

Perante este fortalecimento dos direitos humanos houve, nos Estados que aderiram à Convenção um receio de perda de soberania no seio da sua negociação que depois foi superado. Assim a origem da Convenção teve dois momentos de relevo que a antecederam foram eles o Congresso Europeu, que teve lugar em Haia no ano de 1948 e nesse Congresso saiu uma proposta de realização de uma Carta de Direitos Humanos e de criação de um Tribunal de Justiça. O segundo momento de relevo antes da entrada em vigor da Convenção foi a Declaração Universal dos Direitos do Homem que, tinham acabado de ser aprovada e por isso foi altamente motivadora e inspiradora para a entrada em vigor da Convenção. A DUDH foi um documento votado na Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro de 1948, documento este, não dotado de força vinculativa, a DUDH apenas compromete moralmente os estados signatários. Apesar disso, ela teve uma forte aceitação e influenciou o conteúdo dos vários diplomas internacionais, como a CEDH que ora tratamos, também o Pacto Internacional relativo aos Direitos Cíveis e Políticos (PIDCP), igualmente o Pacto Internacional relativo aos Direitos Económicos, Sociais e Culturais (PIDESC). A DUDH, ainda foi transposta nas Constituições de inúmeros Estados, como corolário disso temos, entre nós o artigo 16º nº2 da CRP que refere «os preceitos constitucionais e legais relativos aos direitos fundamentais devem ser interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem».

Quanto à DUDH, na matéria que tratamos de ressaltar o artigo 19º que refere «Todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão, o que implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e o de procurar, receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão».

A Convenção entrou em vigor a três de Setembro de 1953, a esta, juntam-se novos Protocolos que têm novos direitos, foi com a entrada em vigor do Protocolo nº11 no dia 1 de novembro de 1998, que todos os cidadãos que se considerem lesados em virtude de terem sido vítimas de uma violação por preceitos da CEDH, podem, desde que esgotados os meios jurisdicionais do país, recorrer diretamente ao TEDH, deixando de existir a Comissão Europeia dos Direitos do Homem que até aí instruía as queixas que declarava admissíveis. Com vista, à simplificação e aceleração dos processos no TEDH, foi, em Estrasburgo, assinado o protocolo 14. Este vai alterar o sistema de controlo da CEDH, visando manter e reforçar a sua eficácia, tendo em conta, um número acrescido de casos que o TEDH tem de atender. Os protocolos¹²⁵ constituem parte integrante da Convenção, de referir que estes

¹²⁵ A consulta das ratificações dos protocolos foi feita através do sítio <http://conventions.coe.int>.

protocolos não se aplicam retroativamente, assim só se contam eventuais violações de direitos lá estabelecidos a partir da ratificação dos mesmos pelos países aderentes.

A CEDH no âmbito do ordenamento jurídico português

O nosso país aderiu à CEDH a 9 de Novembro de 1978. Até à adesão, procedeu-se à sua assinatura a 22 de Setembro de 1976. Esta, foi aprovada, para ratificação pela Lei nº 65/78, de 13 de Outubro, publicada no Diário da República, I Série nº 236/78.

A CEDH é, um documento histórico, realizado numa dada altura histórica, todavia não é por isso um conjunto de direitos estanques¹²⁶ e parados no tempo, devido à junção de novos Protocolos e muito pelo facto de o TEDH lhe conferir uma interpretação atualista, dinâmica, sendo as decisões que a aplicam, ricas em criar uma jurisprudência que protege os direitos constitucionais do indivíduo, assegurando uma proteção efetiva e não apenas teórica.

Devido a esta aplicação “viva” da CEDH, esta foi já considerada como sendo um «... sistema de proteção porventura o mais emblemático¹²⁷ e certamente o mais eficaz, centrado atualmente no TEDH», quem nos refere isso mesmo é, António Henriques Gaspar, a propósito do 30º aniversário da vigência da CEDH. Este sucesso do bom funcionamento do TEDH, na aplicação da Convenção deriva de ser concedido aos indivíduos um direito de queixa contra os Estados. Permite assim, aos particulares uma tutela efetiva dos seus direitos, reconhecendo-lhes para isso personalidade judiciária. Foi um marco muito importante, este reconhecimento dado a alguém numa instância internacional de ver reconhecidos os seus direitos. Para o sucesso de criação de uma vasta jurisprudência do TEDH, muito contribuiu, o funcionamento permanente do mesmo, reforma que foi instituída pelo Protocolo 11 (já acima mencionado), que entrou em vigor em 1 de novembro de 1998.

¹²⁶ «A Influência da CEDH no Diálogo Interjurisdicional» Supremo Tribunal de Justiça, 10 de novembro de 2008

¹²⁷ O citado autor, António Rodrigues Gaspar, refere a importância da CEDH no TEDH pois, muito contribuiu para uma maior intercâmbio de cultura, as normas tornaram-se mais próximas das pessoas e o diálogo judicial multiplicou-se, tendo-se como objetivo a efetividade das decisões judiciais, os juízes aproximaram-se, havendo uma jurisprudência multidimensional e que não vive na “redoma” de cada ordenamento jurídico. In «A influência da CEDH no diálogo interjurisdicional», Intervenção no Colóquio por ocasião da Comemoração do 30º Aniversário da vigência da CEDH em Portugal, Supremo Tribunal de Justiça, 10 de Novembro de 2008. Página 6

Interpretação da CEDH

A interpretação que os estados devem dar à CEDH é fulcral na matéria em apreço, pois trata-se de como os juízes a deverão aplicar nos caso concreto atendendo às suas normas, assim ela obedece a regras próprias de interpretação. A interpretação da CEDH está prevista nos artigos 31º, 32º e 33º da CVDT. Os tribunais nacionais, em último grau o Supremo Tribunal de Justiça, é o órgão que deverá realizar uma interpretação ajustada¹²⁸, com respeito pela CEDH, visto, como já referido tratar-se de direito interno mas deve aplicar o direito atendendo à jurisprudência e interpretação do TEDH. Sabendo que as decisões do TEDH tem uma reconhecida autoridade interpretativa, é necessário “olhar” para elas atentamente e tê-las em conveniente atenção aquando da decisão de um caso concreto.

Atendendo ao fim a que se destina a Convenção ela deverá ser interpretada teleologicamente atendendo aos objetivos a que se pretende chegar, pois o objetivo desta é que atenda aos interesses atuais. Também deverá ser uma interpretação, que tenha em vista a especificidade do caso concreto dotada de uma argumentação e raciocínios indutivos. Assim pretende-se que haja por parte dos Estados que a apliquem, uma aplicação atualista e evolutiva, acompanhando a realidade, sendo que, perante esta visão a interpretação que melhor se adequa será a teleológica pois esta vai atender ao fim do caso concreto. A interpretação deverá ser realizada tendo em vista a obtenção de prossecução de um efeito útil nas decisões, decorrente deste efeito útil da decisão é de ressaltar uma premissa muito importante que se deve ter em conta aquando da apreciação das decisões do TEDH nestes casos de colisão de direitos, ora, os princípios e regras que se encontram na CEDH deverão ser interpretados de forma autónoma da interpretação do direito interno de cada Estado, esta deve ter um sentido europeu de orientação a todos os países que a ela estão adstritos.

Este sentido europeu de orientação, vai no sentido de criação de uma jurisprudência própria com base na interpretação da CEDH todavia, há que ressaltar o facto atendente ao carácter de última análise do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem, este só pode analisar os casos que lhe forem submetidos, depois de esgotadas as apreciações dos tribunais nacionais e analisar se as decisões respeitaram os direitos consagrados na CEDH. Não obstante, os juízes do TEDH fazer uma análise do caso subjudice com respeito aos fins da CEDH, existe um respeito pela cultura dos países a ela adstritos no sentido do estabelecido pelo princípio da

¹²⁸ Idem.

subsidiariedade¹²⁹ a que devem atender na verificação de um caso concreto. Este princípio da subsidiariedade traduz-se no reconhecimento pelo TEDH dos vários tipos de culturas por que se compõem os países submetidos à CEDH no sentido de salvaguarda da autonomia nacional. Este respeito pela autonomia nacional “obriga” ao respeito pelo pluralismo inerente a cada sociedade e diversidade de cultura jurídica, assim são atendíveis as particularidades dos Estados na resolução dos casos em apreço¹³⁰. Atendendo a estes preceitos, cada estado é livre de poder escolher as medidas que considere mais eficazes de implementação dos preceitos da Convenção. Ainda dentro deste princípio da subsidiariedade, há um outro desígnio a salvaguardar, trata-se da *teoria da margem de apreciação dos Estados na aplicação da Convenção* consiste no reconhecimento de que os órgãos nacionais estarão mais aptos, devido às características específicas dos ordenamentos jurídicos de cada país para se manifestarem sobre certos aspetos específicos como por exemplo sobre conceitos indeterminados. Decorrente da verificação deste princípio concluímos a existência por parte do TEDH do respeito pela autonomia de pensamento daqueles países, Francisco Teixeira da Mota¹³¹, refere na sua obra isso mesmo, diz que relativamente a figuras do poder como autoridades policiais, professores e outros profissionais, o TEDH aceita mais facilmente os critérios levados a cabo pelos tribunais nacionais de que resultaram na condenação de cidadãos por violação do direito à honra dessas figuras enunciadas, . Claro que, um caso remetido à apreciação do TEDH vai por ele ser controlado no sentido de respeito pelos direitos plasmados na CEDH.

Uma outra regra interpretativa da CEDH a ter em conta é que, as restrições aos direitos nela consagrados devem ser sempre interpretadas de uma maneira restritiva¹³², de modo a que não cause muito transtorno aos direitos que tiverem que ser limitados em virtude do caso concreto. Todavia, analisada a interpretação da CEDH, não podemos esquecer a existência do princípio de vinculação que se encontra presente nos artigos 1º e 19º da CEDH, quer isto dizer que, os juízes nacionais estão vinculados à CEDH, como aliás, já referimos, devido ao nosso sistema monista. A CEDH depois de ratificada e publicada constitui direito interno e deve, enquanto tal, ser interpretada, tendo de ser tida em consideração antes da lei interna. De referir, que os juízes deverão ter em conta a própria interpretação da CEDH a nível

¹²⁹ MARTINS, Ana Maria Guerra - Direito Internacional dos Direitos Humanos, Almedina 2006, página 198.

¹³⁰ Esta margem de apreciação, que o TEDH dá aos Estados que o compõem não deixa de, por ele ser controlada, pois é o TEDH que vai apreciar se essa margem de apreciação foi ultrapassada, ALVES, Jorge de Jesus Ferreira – Como processar o Estado no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e nos tribunais nacionais por violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Porto: Legis Editora. 2007. Página 20.

¹³¹ MOTA, Francisco Teixeira da - A Liberdade de Expressão em Tribunal. Relógio D'Água Editores, 2013. Página 41.

¹³² ALVES, Jorge de Jesus Ferreira – Como processar o Estado no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e nos tribunais nacionais por violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. *Op cit.* Página 20.

metodológico ou seja, ter sempre em linha de conta a jurisprudência do TEDH, que a aplica. Devendo ser reconhecida uma autoridade interpretativa ao TEDH, de acordo com o entendimento de António Henriques Gaspar¹³³.

Outra situação que deve se deve ter em conta é que, o TEDH vai fazer sempre, uma reapreciação dos factos, uma averiguação factual autónoma¹³⁴.

Requisitos que têm de estar verificados para se intentar uma ação no TEDH

Para se intentar uma ação no TEDH, é necessário cumprir certos requisitos¹³⁵. Ora, em primeiro lugar, é necessário que a pessoa, seja vítima pessoal e diretamente, da violação de um direito previsto na CEDH. As queixas, só poderão ser apresentadas, contra o Estado, se aquele mesmo estado tiver ratificado a CEDH ou o Protocolo do qual a pessoa invoque o respetivo incumprimento. Há que, igualmente ter em conta que o TEDH não é um tribunal de recurso que possa anular ou modificar as decisões proferidas pelos tribunais nacionais. De referir que o TEDH só tem legitimidade para se pronunciar a propósito de atos praticados por uma autoridade pública, seja ela legislativa, administrativa ou judicial, sendo assim o TEDH não se pronuncia sobre queixas entre particulares.

Muito importante, ressaltar, é o facto do TEDH, só poder ser chamado a intervir, se a pessoa que se sinta lesada, tiver esgotado as vias existentes de recurso internas, segundo o artigo 35º nº1 da CEDH. Assim, só em última instância, as queixas poderão ser apreciadas no TEDH.

O TEDH, tem em atenção se, os recursos intentados no ordenamento jurídico interno, cumpriram as regras processuais competentes, pois se o recurso for indeferido, devido à não observância das regras legais instrumentais imputáveis ao apresentante da queixa, o TEDH não examina essa mesma queixa. Todavia, também não é exigível que se obtenha a revisão do acórdão de condenação posteriormente à pessoa ter esgotado todos os meios de recurso existentes.¹³⁶

¹³³ GASPAR, António Henriques – A influência da CEDH no Diálogo Interjurisdicional. A perspectiva Nacional Ou O Outro Lado Do Espelho. Intervenção no Colóquio por ocasião da Comemoração do 30º aniversário da vigência da CEDH em Portugal. Supremo Tribunal de Justiça 10 de Novembro de 2008. Página 19.

¹³⁴ Idem.

¹³⁵ ALVES, Jorge de Jesus Ferreira – Como processar o Estado no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e nos tribunais nacionais por violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. *Op. Cit.* Página 24.

¹³⁶ Ibidem. Página 24.

Depois da decisão da última instância jurisdicional do ordenamento jurídico interno, a pessoa tem um prazo de seis meses para intentar uma ação no TEDH.

Pode-se escrever para o Secretariado do TEDH, na língua oficial de um dos Estados que a ratificou, mas o apresentante, deverá ter em conta que, as línguas oficiais do TEDH são o Inglês e o Francês.

O artigo 46º, parte primeira da CEDH, refere que todos os órgãos do Estado, incluindo os seus tribunais, se obrigam a respeitar as sentenças definitivas do Tribunal nos litígios em que forem parte.

Atipicidade da crítica objetiva- Costa Andrade

O direito à crítica, é uma certeza inabalável e uma conquista do estado de direito democrático, a liberdade de informação é composta pela liberdade de expressão, liberdade esta, composta também, pelo direito à crítica. O direito à crítica, encontra-se integrado no direito à informação. Sendo o direito à informação, um direito complexo¹³⁷, que se vai desdobrar em três direitos subjetivos públicos são eles; o direito de informar (este direito pressupõe a liberdade de expressão e dentro desta última integra-se a crítica), o direito de se informar que pressupõe a procura de informação e o direito de a receber, conforme o artigo 38 nº2 b) CRP e o artigo 22º c) da Lei da imprensa e ainda, o direito a ser informado conforme o artigo. Neste contexto o penalista Costa Andrade¹³⁸ muito contribuiu para um novo alcance do direito à crítica, este autor entende mesmo que existe um direito à crítica objetiva, revestindo esta um carácter muito amplo, este autor refere mesmo que este direito desconhece limites quanto ao cariz das expressões utilizadas. Assim, por estar ao abrigo desta crítica deverão legitimar-se as críticas maiores, diz o autor que mesmo desproporcionadas, mesmo aquelas carregadas de ironia. Neste caso, só serão admitidas como ofensas, aquelas em que o julgador não tenha dúvidas que as ofensas em apreço forma motivadas exclusivamente com o propósito de «(...)caluniar, rebaixar e humilhar o ofendido¹³⁹.» Muitas vezes, o problema reside na verificação do tipo de crítica em apreço, pois, há uma linha muito ténue de apurar como se deverá qualificar a ofensa, será que está abrangida pelo direito de crítica objetiva ou

¹³⁷ LOPES, Tânia, “A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa”, Revista do Ministério Público nº129, p. 169-230.

¹³⁸ ANDRADE, Manuel da Costa - Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade Pessoal - Uma Perspetiva jurídico-criminal. Coimbra: Coimbra-Editora. 1996.

¹³⁹ Idem.

apenas camuflada por esse entendimento se pressupõe uma humilhação de uma pessoa, com o único objetivo do rebaixamento do mesmo a nível pessoal ou profissional? Jónatas Machado¹⁴⁰, partilhando deste entendimento do penalista Costa Andrade refere que não é exigível atender-se ao rigoroso princípio de proporcionalidade pois, atendendo à necessidade de informar com rapidez e prontidão, não obstante deverem ser atendidos os princípios norteadores da atividade jornalística, há situações em que perante uma situação o jornalista muito rapidamente tem de decidir ou não pela sua publicação sob pena, de o requisito da atualidade poder ficar ultrapassado, deve o julgador ter em atenção este requisito temporal que muitas vezes os jornalistas se deparam. Como se, entende da opinião do constitucionalista Jónatas Machado, um crivo extremamente rigoroso na determinação da responsabilidade dos jornalistas poderá constituir consequências deveras nefastas no lado da autocensura.

Costa Andrade, vai mais longe, referindo mesmo, dever estar a crítica subtraída do direito penal¹⁴¹.

Análise jurisprudencial portuguesa

Vejamos alguns exemplos jurisprudenciais sobre esta matéria nos tribunais nacionais; Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 27.05.2008, processo 08B1478, relatado pelo Conselheiro Salvador da Costa; neste acórdão, o autor, Juiz de Direito no Tribunal de Família e Menores de Braga, intentou uma ação contra duas jornalistas e o jornal «O Comércio do Porto», esta é uma ação declarativa de condenação, com processo ordinário intentada na data de 30 de Setembro de 2002. O autor pede a condenação solidária dos réus a título de indemnização por danos morais, pela publicação no referido jornal de três artigos. Estes três artigos, refere o autor, inserem-se na ilicitude tutelada no artigo 484º do CC, com vista a denegrirem a imagem deste, o seu bom nome e o seu bom desempenho profissional. Os factos (sucintamente apresentados) são os seguintes:

«No dia 3 de Maio de 2001 no Tribunal de Família e Menores de Braga onde o autor era o único juiz, o Ministério Público intentou uma ação de regulação do poder paternal relativo a José Manuel Peixoto Viseu, filho de pais solteiros e no seu registo de nascimento não havia qualquer menção de guarda conjunta.

¹⁴⁰ MACHADO, Jónatas E. M - Liberdade de Expressão- Dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social. Coimbra Editora.

¹⁴¹ ANDRADE, Manuel Costa – Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade Pessoal. Op. Cit Págs 232 e ss.

No dia 4 de Maio de 2001, foi proferida decisão provisória, confiando o menor á guarda e cuidados da mãe e estabelecendo o seguinte regime de visitas: o pai poderá visitar livremente o menor, sem prejuízo das suas atividades, e tê-lo consigo em fins de semana alternados, entre as 10.00 horas de Sábado e as 19.00 horas de Domingo.

No dia 9 de Julho de 2001, o autor proferiu o seguinte despacho: “ considerando os elementos já disponíveis nos autos, nomeadamente a idade do menor e a situação de amamentação pela mãe, altero a decisão do regime de visitas passando o menor a estar com o pai as Quartas e Sábados, entre as 15.00 horas e as 19.00 horas, despacho notificado a DD a 10 de Julho de 2001, e foi marcada a conferência de pais para o dia 6 de Dezembro de 2001.» Perante esta situação de alteração do regime de visitas por parte do pai do menor, o jornal O Comércio do Porto publica uma notícia que dá conta, que este pai entraria, depois desta decisão em greve de fome, referindo ainda que este seu estado foi provocado devido á discriminação sexual que revela ser alvo neste processo. O jornal diz que este pai deambula pelo centro da cidade com cartazes de protesto, pois mostra-se revoltado com a discriminação que segundo ele, os pais são alvo, aquando destes processos. Advertindo que o seu protesto é contra a lei portuguesa, considera a decisão extremamente injusta e refere sentir-se “traído pela lei e traído pelo juiz...”.

Numa nova edição do mesmo jornal, a 17 de Agosto de 2001, voltou-se a noticiar o caso, desta vez referindo o seguinte: «é difícil encontrar advogado que o queira defender, pois muitos deles alegam incompatibilidades com o juiz encarregue do processo», continua o artigo “a sua última esperança é que seja outro juiz a analisar o requerimento, pois assim poderá haver isenção.

No dia 4 de Setembro, o caso volta a ser notícia agora com referência, não só ao caso em concreto mas referindo que a lei reguladora do processo de guarda das crianças deveria ser alterada, «mais de 20 pessoas unidas contra o Tribunal...» referem-se ainda expressões como «queremos que os juízes deixem de ser intocáveis e, como isso ainda não é possível, temos de responsabilizar o próprio Estado pelas injustiças de que acreditámos ter sido alvo».

Estas notícias constantes abalaram o juiz, autor nesta ação, pois este era «uma pessoa recatada, avessa a atos que lhe possam trazer notoriedade, e extremamente sensível a críticas injustas...» Estas notícias causaram ainda impacto social na comunidade local, sendo que o autor se sente chocado, envergonhado e triste. Estas notícias provocaram igual abalo na sua filha e esposa.

O autor, devido a estes factos, passou a ser reconhecido e apontado negativamente, apresentando dificuldades de orientação espacial e temporal, despersonalização,

desconcentração, diminuição da autoestima, fadiga crónica, sono irregular, insónias, entre outros sintomas que advieram dos fatos apresentados.

Os juízes do Supremo Tribunal de Justiça, entre outras questões apreciaram e analisaram, (e que nos importa para esta análise) foram as seguintes: a liberdade de expressão e de informação na Lei da imprensa e no Estatuto dos Jornalistas, a emissão jornalística das notícias em causa está ou não envolvida de ilicitude? Quanto à liberdade de expressão e de informação, o artigo 19º da Declaração Universal dos Direitos do Homem refere «todo o indivíduo tem direito à liberdade de opinião e de expressão» e que isso implica o direito de não ser inquietado pelas suas opiniões e de procurar receber e difundir, sem consideração de fronteiras, informações e ideias por qualquer meio de expressão.

Sobre a problemática da honra e do bom nome a Declaração Universal dos Direitos do Homem, também tem um próprio artigo, o 12º que refere que ninguém sofrerá intromissões arbitrárias na sua vida privada, na sua família ou na sua correspondência nem ataques à sua honra e reputação, e ainda, que contra tais intromissões ou ataques toda a pessoa tem direito á proteção da lei.

Quanto à Convenção Europeia dos Direitos do Homem, a que também, estamos vinculados, refere que qualquer pessoa tem direito à liberdade de expressão mas, o exercício dessas liberdades por implicar deveres e responsabilidades, pode ser submetido a certas formalidades, condições, restrições ou sanções, previstas na lei.

Como parece que acontece na Declaração Universal dos Direitos do Homem, a CEDH expressa o limite ao direito de expressão e de informação pelo direito de personalidade, incluindo a honra e a reputação.

O que muda, é a interpretação que o Tribunal Europeu dos Direitos do Homem dá a Convenção nesta matéria.

Neste acórdão, foi também analisada a liberdade de expressão e de informação no Estatuto dos Jornalistas e na Lei da imprensa. A Lei 1/99 de 13 de Janeiro revela constituírem direitos fundamentais dos jornalistas, além do mais, a liberdade de expressão e de criação e de acesso às fontes de informação e a garantia de sigilo profissional e de independência, artigo 6º a), b), c) e d).

Após analisar-se os conceitos de informação, dever de informar, acesso às fontes, o artigo 29º da Lei supracitada refere que «Na determinação das formas de efetivação de responsabilidade civil emergente de fatos cometidos por meio da imprensa observam-se os princípios gerais e, no caso de escrito ou imagem inseridos em publicação periódica com

conhecimento e sem oposição do diretor ou seu substituto legal, as empresas jornalísticas são solidariamente responsáveis com o seu autor por danos que tiverem causado».

Refere o acórdão, no seguimento desta análise que, o critério de orientação que resulta da CRP e da lei ordinária é, no sentido do exercício do direito de informar e de ser informado ser limitado pelo direito de integridade moral dos cidadãos.

Posto esta análise, ponderando a Lei da imprensa e o apoio constitucional e supralegal que tem o dever de informação, ponderaram-se também os valores da dignidade da pessoa humana no que concerne à violação da honra e do bom nome que tenha por base uma notícia da comunicação social.

Neste caso, concluiu-se que o que se noticiou, não constitui um fato ilícito, pois os relatos objetivamente considerados, não permitem que se tire a conclusão de terem visado atingir negativamente o autor, nunca foi divulgado o seu nome (embora todos soubessem que era o único juiz daquele Tribunal) trata-se antes de uma peça jornalística que teria interesse do ponto de vista jornalístico, uma vez que se tratava de um caso insólito e que falava da relação entre a justiça e os cidadãos, não obstante se entender os sentimentos com que ficou o autor perante aquele aparato.

O acórdão ressalva, a crítica judicial a uma decisão, que deve ser encarada (as críticas) como algo mais natural, passo a citar o acórdão «as decisões judiciais não são dispensadas de crítica, designadamente nas revistas e nos meios de comunicação social, mas importa ponderar o impacto da divulgação de fatos e juízos de valor deste tipo pelos meios de comunicação social, e distinguir entre a decisão judicial em si mesma considerada, em relação à qual a lei não proíbe a referida crítica, e o juiz que a profere, que tem de ser respeitado como homem e cidadão.»

No caso concreto, o acórdão refere, estarmos perante uma crítica a uma decisão judicial e não ao juiz.

Concluiu-se que neste caso não houve em termos objetivos a suscetibilidade de ofensa da honra, do bom nome e reputação do recorrente como magistrado judicial e como cidadão, assim não está o pressuposto da ilicitude no âmbito do artigo 484º verificado, sendo que não se pode analisar os restantes pressupostos com vista a uma obrigação de reparação por parte dos réus. Improcede o recurso do autor.

Fazendo um comentário sucinto a este acórdão, concordo com a decisão destes juízes, pois, no caso concreto, não estariam preenchidos os requisitos para estar verificado um ataque ao bom nome e á honra, não podendo esta, ser beliscada por um facto que não visa denegrir diretamente a imagem do autor.

A honra deve ser analisada num sentido lato, sendo que uma qualquer interferência, não pode constituir causa para uma ação judicial, sob pena de poder condicionar e por em causa o nosso estado de direito democrático, obrigando os editores dos jornais a limitar profundamente a atuação dos jornalistas que com eles trabalham. Claro está, que o Código deontológico deve ser seguido, tem que se fazer uma ponderação.

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça, processo 1839/06.9TVLSB.L1.S1, de 20 de Janeiro de 2010, relatado pelo **conselheiro Fonseca Ramos**

Neste acórdão, o autor intentou a 17 de Março de 2006 uma ação declarativa de condenação com processo ordinário contra o réu, que neste caso tinha funções como presidente do Sport Lisboa e Benfica.

Esta ação foi intentada devido a afirmações ofensivas que o réu fez na televisão aquando de uma deslocação ao Canadá na qualidade de presidente do Sport Lisboa e Benfica. O réu não lidando bem com as críticas de opinião nos jornais sobre a sua pessoa, por parte do autor, referiu na televisão que “era um opinador pago para dizer mal, diariamente”, referiu o seu nome, reiterando “que se pagasse jantares, whiskeys e charutos seria uma pessoa muito bem vista”. O autor foi apelidado de “jagunço” na televisão e por esta razão sentiu-se lesado na sua honra, profissionalmente como jornalista a sua boa conduta foi posta em causa e estas afirmações causam ainda descrédito e desconfiança por parte do público que o lê.

O autor, pede a condenação do réu, no valor simbólico de 1 euro.

O réu contestou referindo que o autor, não se deveria mostrar ofendido, uma vez que as declarações por ele prestadas foram num contexto de respostas às críticas que lhe eram feitas pelo autor nos seus artigos de opinião.

Em reconvenção, o réu pediu que o autor fosse condenado a pagar-lhe uma indemnização por danos não patrimoniais frisando que este valor seria doado a uma instituição de caridade, o autor respondeu à reconvenção defendendo que os artigos que escreveu na imprensa não são ofensivos e não extravasam os limites do exercício legítimo da liberdade de expressão, de opinião e de imprensa.

No dia 16 de Outubro de 2008 foi proferida sentença em que se julgou a ação totalmente improcedente.

Posteriormente, o autor apelou para o Tribunal da relação de Lisboa que revogou a decisão recorrida e julgou a ação provada e procedente, condenando o réu a pagar ao autor a

quantia de 1 euro e julgou a reconvenção não provada e improcedente e consequentemente absolveu o autor do pedido reconvenicional.

O réu recorreu para o STJ e refere existir um concurso de culpas, artigo 570º do CC.

Os juízes do STJ, analisaram as matérias referentes, ao direito à honra, informação, analisaram os precitos supralegais sobre esta matéria, nomeadamente a CEDH e a DUDH, analisaram com todo o cuidado os direitos de personalidade, confrontando-os com os de informação.

Neste caso específico, estava patente o direito à crítica, daquele que é uma figura pública, dirigente de um clube de futebol. Este direito de crítica como refere o acórdão “importa considerar que o autor como jornalista tem o direito de crítica que, afinal, mais não é que uma manifestação da liberdade de opinião no contexto da liberdade de imprensa... a crítica tem como limite o direito dos visados, mas não deixa de ser legítima se for acutilante, acerada, desde que não injuriosa, porque quantas vezes aí está o estilo de quem escreve”. Os conselheiros referiram ainda que a culpa do réu é agravada pelo fato de terem sido proferidas estas palavras num televisão e em direto. Sendo que o que o autor escreveu, mesmo que fosse um pouco acutilante não extravasou o que se entende por “crítica jornalística”.

Entenderam assim, que o recurso não mereceu provimento e negou-se esta revista.

Análise crítica aos acórdãos visados

Nesta breve intromissão à jurisprudência portuguesa, vemos, nestes dois acórdãos a referência do direito à crítica. No primeiro acórdão os Conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça falam de uma crítica judicial, não estando as decisões judiciais dispensadas dessa crítica. A ideia é de que os intervenientes das lides judiciais tem de saber lidar com críticas que advenham das suas decisões. No outro acórdão, vem reiterado o direito à crítica, ainda mais, tratando-se de um contexto de crítica desportiva, em que os assuntos são pautados por comportamentos exacerbados, mas que ainda assim, encontram abrigo no direito à crítica.

Os intervenientes na vida pública, como dirigentes de clubes ou agentes políticos, devem ter uma maior abertura a críticas, pois a sua vida pública assim o exige. No entanto não parece que estes intervenientes o entendam da mesma forma e há um aumento de litigância penal face a críticas advindas da comunicação social. Ora, devemos entender que a liberdade de expressão exige um espaço de respiração, um direito ao erro, nem todas as notícias têm de corresponder *ipsis verbis* à realidade nua e crua dos factos, ainda mais perante se estamos

perante notícias de âmbito político ou futebolístico onde, muitas vezes as publicações tendem a excessos manifestos causados pelo tema da notícia em apreço. Existem mesmo âmbitos sociais onde é muito difícil para os jornalistas averiguarem da veracidade das notícias, na medida em que muitas vezes tem dificuldade em obter as informações corretas por parte das pessoas visadas, sejam porque a estas não lhes interessa confirmar essa informação, seja porque aos próprios jornalistas é quase impossível obterem as informações.

Sabemos todavia que, ainda há, doutrina que não é de acordo com este entendimento, Menezes Cordeiro¹⁴² refere, passo a citar «nenhuma liberdade de comunicação justifica notícias inverídicas, em qualquer uma das concretizações», referindo ainda que a liberdade de informação exige uma «verdade pura, sem equívocos ou sem sombras». O autor António Jorge Mendes¹⁴³, refere ainda que, qualquer excesso jornalístico pode ser causa para a conduta ser ilícita.

A pergunta impõem-se, terão que existir, até para uma aplicação material do princípio da igualdade “dois pesos e duas medidas”? Parece-nos que sim, há que diferenciar situações em que os agentes em apreço são pessoas de grande notoriedade pública no aspeto de ocuparem lugares políticos ou públicos de responsabilidade, há ainda, pessoas com notoriedade social, as chamadas figuras públicas¹⁴⁴ e por fim o cidadão comum. O autor Pedro Pais de Vasconcelos¹⁴⁵, reitera esse mesmo entendimento na sua obra sobre direitos de personalidade, onde refere que deverá ser feita uma distinção acerca de revelações feitas no âmbito da comunicação social pois, em alguns casos o Estado tem a obrigação social de informar dando conta de factos inerentes à vida pessoal de certos agentes políticos que devem ser conhecidos dos cidadãos, pois trata-se de interesse público¹⁴⁶, que não deve passar impune e ser escamoteado ao abrigo de uma “tal” privacidade que poderiam invocar.

Claro que, há lesão da privacidade, que se vem a justificar tendo em vista o interesse público devido a todos os cidadãos. Esta “ilicitude” poderá tornar-se lícita com a verificação de que estas “ofensas” foram cometidas para a prossecução do bem comum.

No entanto, pode não estar em causa somente um interesse público de dada informação. Há aquelas informações, em que o conteúdo não é de nenhum interesse público, mas apenas há o interesse, de aquela publicação poder ter mais vendas em virtude de ter um determinado artigo publicado. Nestes assuntos, de uma menor importância política, citemos

¹⁴² CORDEIRO, António Menezes – Tratado de Direito Civil Tomo III. *Op. Cit.*

¹⁴³ MENDES, António Jorge – O Direito À Honra E A Sua Tutela Penal. *Op. Cit.*

¹⁴⁴ Ver subtítulo “ Noção de pessoa com notoriedade pública/figuras públicas”.

¹⁴⁵ MENDES, António Jorge – O Direito À Honra E A Sua Tutela Penal. *Op Cit.*

¹⁴⁶ VASCONCELOS, Pedro Pais de - Direito de Personalidade. *Op. cit.*

um caso paradigmático da visão que os norte americanos tem sobre as figuras públicas. O caso foi o Hustler versus Falwell. O que se passou foi que a revista em causa, a Hustler publicou em 1983 uma versão satírica de um anúncio de licor que entretanto surgiu, este anúncio consistia na realização de uma série de entrevistas com figuras públicas em que lhes questionavam sobre a «sua primeira vez». O objetivo deste anúncio era manter a ambiguidade da linguagem dessa «primeira vez», podendo referir-se a relações sexuais ou a primeira vez em que dada figura pública bebia o licor em causa. O que foi publicado, neste âmbito foi uma entrevista ficcionada entre um comentador político de direita fundamentalista numa conversa com a sua mãe, ironizando-se o tema da tal «primeira vez» em que estariam os dois alcoolizados. Ora, sentindo-se incomodado com tal situação, o comentador político intenta uma ação, conseguindo uma vitória judicial e direito a indemnização por danos morais que lhe tinham sido causados. Mais, tarde o Supremo Tribunal de Justiça revogou aquela decisão com o fundamento de que, as figuras públicas não tinham direito a ser indemnizadas devido a um texto que roçava o humor, a sátira e a ironia. Isto só não seria assim se o visado conseguisse provar que não se tinha preocupado em saber se os factos eram falsos ou verdadeiros. Aqui, como estamos a ver tratava-se de um texto humorístico não se podendo aferir nada da vida real do visado. Entende assim, o Supremo Tribunal de Justiça não justificava que fosse negada a liberdade de expressão no seu sentido mais amplo.

Caso Rui Rio versus Augusto Seabra

Estamos perante um caso¹⁴⁷, em que novamente se discute os limites e, como deve ser considerado o direito à crítica. Este é um caso de relevo, que deve ser analisado e tido em conta aquando da resolução de casos em apreço. Foi um caso polémico, discutido em “praça pública” uma vez que os intervenientes eram figuras conhecidas.

O caso passou-se da seguinte forma; a 22 de junho de 2003, no âmbito da exposição da sua opinião, na sua coluna habitual, do jornal Público, Augusto Seabra manifesta a sua opinião da seguinte forma «No momento em que o energúmeno que encabeça a maioria PSD-CDS-PCP na Câmara Municipal do Porto e seus apaniguados encetaram uma lógica repressiva de silenciamento, à cata de “delito de opinião”, ainda assim será da Casa da Música que se falará, porque o, que neste momento se nos oferece fruir e avaliar é um projeto cultural de uma envergadura e seriedade absolutamente ímpares». A questão central que feriu a

¹⁴⁷ MOTA, Francisco Teixeira da – Liberdade de Expressão em Tribunal. *Op. Cit.* Página 87.

suscetibilidade de Rui Rio foi a expressão a si atribuída de “energúmeno”, este considerou a dita palavra objetivamente ofensiva da sua pessoa, apresentando queixa contra Augusto Seabra acusando-o não de ofensas à sua honra (âmbito civil) mas sim da prática do crime de difamação, artigo 180º do CP. A defesa de Augusto Seabra foi no sentido de referir que o que escrevera fora tão só um artigo de opinião, debatendo-se um caso com relevante interesse público, o visado era uma figura pública, referindo que o que contestava era as suas opções políticas quanto às opções culturais dadas à Casa da Música. Na sua defesa Augusto Seabra recorreu ao Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea para retirar todos os significados do vocábulo inergúmeno e referir pelo qual tinha recaído a sua escolha quando ao vocábulo se referiu. Desta consulta retirou duas possibilidades de entendimento: «Pessoa que se supõe estar possuída pelo demónio, ou Pessoa que possuída por uma obsessão, pratica desatinos.» Augusto Seabra referia tratar-se da segunda opção, uma vez que não se tratava de ofensa pessoal a Rui Rio mas à sua opção quanto aos destinos da Casa da Música. Relembra ainda o facto de estar a emitir uma opinião e como tal, tinha a possibilidade de a exprimir. Augusto Seabra apelou ainda à liberdade de expressão consagrada na CEDH.

O tribunal do Porto deu razão a Rui Rio condenando Augusto Seabra numa pena de 240 dias de multa à taxa diária de nove euros e a pagar uma indemnização ao Presidente da Câmara do Porto no valor de quatro mil euros. Para esta decisão a primeira instância refere-se ao vocábulo energúmeno ser dotado de vários sentido referindo que não era desconhecido a Augusto Seabra o significado que o Dicionário Houaiss também lhe conferia que era «indivíduo desprezível, que não merece confiança, boçal, ignorante». Para o tribunal tinha havido violação do respeito, honra, prestígio e bom nome que naquela qualidade e pelas funções que Rui Rio desempenhava lhe eram devidas. Assim entendeu o tribunal que o crime de difamação estava efetuado, pois mesmo tratando-se de uma figura pública há limites que devem ser salvaguardados e, segundo o tribunal, neste casos teriam sido ultrapassados. O tribunal considerou que esta crítica feriu Rui Rio enquanto homem e não unicamente como político que era. Não contente com este desfecho, Augusto Seabra, recorreu para o Tribunal da Relação do Porto, que reconhece a polissemia do vocábulo energúmeno, não concordando com o entendimento da primeira instância quando refere que o sentido que Augusto Seabra queria dar a energúmeno seria o de “ignorante, pessoa desprezível, boçal”. O Tribunal da Relação analisou todos os artigos escritos por Augusto Seabra em relação a Rui Rio para assim proceder a um juízo de ponderação, verificando assim que o que vinha Augusto Seabra a criticar era a sua postura quanto às suas opções na Casa da Música o qual este vinha vindo a criticar sistematicamente. No entendimento do Tribunal estava em apreço uma questão de

interesse público e comunitário e por isso refere o acórdão «... apenas as políticas culturais estão em causa, e num segmento de “gosto”, mais popular ou erudito com o que isso tem de relativo.» Refere estarmos perante uma colisão de direitos e que nenhum dos dois é absoluto, sendo que estes casos exigem um juízo de ponderação e verificação do caso concreto. A propósito da liberdade de expressão diz não poder unicamente ser considerado apenas um direito individual de cada cidadão mas também um direito fundamental importante nos dias de hoje, no seio das sociedades democráticas pois dele advém uma discussão saudável, aberta e saudável dos assuntos dotados de interesse público. Este Tribunal apela à DUDH e a CEDH remetendo também para a jurisprudência do TEDH que acolhe igualmente esta posição. O entendimento do Tribunal da Relação expressa-se neste sentido da decisão quando refere «(...) a paixão no debate que por vezes leva a exageros, é, deve ser, tão-só a face de uma moeda- a moeda corrente do debate público- que tem de ter no outro lado, no seu verso, a tolerância [...] Não é preciso que as piadas nos façam rir, que uma argolada teológica nos empolgue ou que aplaudamos desenfreadamente uma encenação com cabeças cortadas. Talvez tenhamos descoberto que o mau gosto e as opiniões peregrinas tornam a coexistência muito difícil, mas a sua interdição torna-a radicalmente impossível. É essencial, como referia Timothy Garton Ash, no The Guardian, que se retorne ao espírito de Voltaire: «discordo do que dizes, mas defenderei até à morte o teu direito a dizê-lo.» Este caso convoca os limites do direito à crítica e nesta situação o tribunal, embora admitindo que Augusto Seabra não fez uma crítica “delicada” não estávamos perante um ataque pessoal a Rui Rio.

Caso Pedro Santana Lopes versus revista Visão

Este caso, muito mediatizado, teve início, depois de um jornalista ter publicado na revista Visão no dia 7 de outubro de 2004 um texto de opinião cujo título era «O despertar do Presidente?», este artigo de opinião foi feito a propósito dos comentários de Marcelo Rebelo de Sousa na TVI, a dado momento, o artigo refere-se a Pedro Santana Lopes e diz assim «(...) Marcelo tem sido extremamente certo quando se limita a trabalhar sobre os factos e as asneiras do Governo e da oposição. É verdade que ele tem um problema com Santana. Ou Santana com ele. Talvez por isso, o Primeiro Ministro mandou, um tanto covardemente, o seu mais fiel servidor, Rui Gomes da Silva, Ministro dos Assuntos Parlamentares, acusar Marcelo de mentiroso e deturpador, ameaçando com queixas à Alta Autoridade. E é apenas por que não se pode voltar aos tempos da censura que já se propõe que, na futura regulação da

Comunicação Social, se preveja o princípio do contraditório para... o comentário político! Ou seja, a opinião deixa de ser subjetiva para ter de submeter-se às regras das notícias! [...]« Será um delírio provocado por consumo de drogas duras, uma nova originalidade nacional ou apenas um disparate em nome?...» Nesta última apreciação, em que o jornalista alude ao hipotético consumo de drogas duras é que faz Santana Lopes intentar uma ação cível. Nesta ação Santana Lopes refere serem estas expressões desprestigiantes e indignas ao seu cargo de primeiro-ministro, pondo em causa a sua consideração e reputação pessoal e a da sua família. Santana Lopes invocava prejuízos graves, decorrentes da publicação deste artigo de opinião que o tinham abalado a si e à sua família.

A revista e o jornalista visados vieram, em sua defesa referir que, o que pretendiam com a utilização daquela expressão, não era mais que, fazer uma severa crítica à possibilidade de uma futura alteração da regulação sobre a comunicação social sujeitando-se o comentário político ao princípio do contraditório, não pretendendo visar Pedro Santana Lopes. A expressão utilizada foi tão só, um recurso a uma figura de estilo que se justificava pela situação de crítica, sendo que o jornalista referiu igualmente, estar a sua opinião legitimada devido à existência da liberdade de expressão. Aludiu ainda a que, embora reconhecendo que se tratava de uma crítica feroz e pouco delicada esta seria proporcional à proposta da obrigatoriedade de existência do contraditório no âmbito do comentário político.

O tribunal de primeira instância condenou a revista e o jornalista ao pagamento de trinta mil euros a Santana Lopes, decisão posteriormente confirmada pela segunda instância e pelo STJ. O STJ sustentou a sua posição, referindo que fazendo uma hierarquização dos dois direitos em apreço, entenderam que, fazendo uma apreciação dos mesmos, deveriam fazer prevalecer os direitos de personalidade sobre «os direitos menos importantes», segundo palavras dos juízes. Mais à frente, o acórdão faz uma distinção entre factos e opiniões referindo-se a propósito das opiniões, o facto de estas não se poderem comprovar, mas segundo os juízes, teriam de ter alguma base de veracidade para poderem ser emitidas. O caso está a ser analisado pelo TEDH. Sobre esta matéria.

Sobre este acórdão, remeto entendimento, para a já explanada doutrina da atipicidade da crítica objetiva de Costa Andrade, citando ainda o referido autor quando refere «é hoje igualmente pacífico o entendimento que submete a atuação das instâncias públicas ao escrutínio do direito de crítica (...) nem sempre, porém, as coisas foram vistas a esta luz. Em épocas anteriores (...) sustentava-se (...) que as instâncias públicas deveriam estar a coberto desta crítica, que só poderia socavar o prestígio e abalar a confiança indispensáveis à sua subsistência e desempenho (...)». Como Herdegen observa «tempi passati! À luz da

experiência do direito fundamental da liberdade de expressão (artigo 5º da Lei Fundamental), é necessária uma atualização que abra toda a área de atuação das autoridades públicas e funcionários, dos tribunais e dos juízes, do parlamento e dos deputados, dos partidos políticos (...).».

Sobre o direito à crítica Francisco Teixeira da Mota¹⁴⁸, analisando vários casos análogos ao presente, no âmbito do entendimento da jurisprudência do TEDH, refere que os limites da crítica aceitável são mais amplos no caso de um político em relação a um cidadão comum, pelo que este, deverá apresentar maior grau de tolerância à crítica. O mesmo autor refere que, no entendimento do TEDH a verdade das opiniões é insuscetível de ser provada, sendo a opinião um juízo valorativo, a prova da sua veracidade constituiria uma violação do direito à liberdade de expressão, uma vez que a opinião se insere nesse direito.

Caso McCann versus Gonçalo Amaral

Este¹⁴⁹ foi um dos assuntos mais polémicos e discutidos publicamente, dos últimos anos, mereceu opiniões de todos os quadrantes e ninguém lhe ficou indiferente.

Foi o desaparecimento da menor Madeleine MacCann, na Praia da Luz no Algarve, a 3 de maio de 2007 que deu origem a uma forte campanha mediática que se estendeu mesmo ao mundo inteiro, que suscitou a ação em tribunal que apreciamos neste caso.

O inspetor Gonçalo Amaral investigou o caso na fase de inquérito, posteriormente foi afastado das investigações e escreveu um livro baseado nas conclusões da sua investigação, ou seja tinha por base o que estava contido nos autos do inquérito, relatando as conclusões a que ele e os colegas envolvidos na investigação tinham chegado. Em suma, as conclusões foram as seguintes, na noite do desaparecimento da menor, o que teria ocorrido fora um trágico acidente provocado por negligência na guarda e segurança dos filhos, o acidente teria causado a morte a menor, facto este, que os pais queriam esconder e a partir daí simularam uma situação de rapto.

Descontentes com a publicação do livro que os punha em causa, os McCann agiram intentando uma providência cautelar contra Gonçalo Amaral visando impedir, entre outras medidas, a proibição da venda e divulgação do livro referido, bem como, pediram igualmente, a destruição de todos os exemplares existentes. Para tal feito, alegavam que estava em causa o

¹⁴⁸ MOTA, Francisco Teixeira – A Liberdade de Expressão em Tribunal. *Op. Cit.* Página 34

¹⁴⁹ *Idem. Op. Cit.*

bom nome da família, a sua boa reputação, preservação da intimidade da vida privada e familiar.

A decisão do tribunal de primeira instância foi no sentido de reconhecer que se estava perante um conflito de direitos, pois, por um lado estavam em causa os direitos de personalidade invocados pelos McCann, por outro lado estavam em causa os direitos relacionados com a liberdade de expressão, neste caso o direito à liberdade de expressão e informação providos da publicação do livro de Gonçalo Amaral.

A decisão da primeira instância veio dar razão à família MacCann, referindo o tribunal, que, não existindo uma hierarquia estabelecia entre estes dois direitos, a solução era atender ao caso concreto e nesta análise concreta, uma vez que, sendo o processo-crime em que os McCann tinham sido constituídos arguidos arquivado, Gonçalo Amaral não teria assim legitimidade para emitir as conclusões da sua investigação uma vez que estas suscitavam a ofensa ao bom nome dos pais da menor. No dia 18 de fevereiro de 2010, o pedido efetuado pela família McCann para que se retirassem os livros levados a cabo por Gonçalo Amaral foi efetuado.

Não contente com este entendimento, Gonçalo Amaral interpôs recurso para o tribunal da Relação de Lisboa, sendo que, a decisão dos juízes da relação foi diferente da decisão da primeira instância. Este tribunal considerou que, dada a exposição mediática efetuada da vida privada feita pela própria família McCann a jornais e revistas à altura do desaparecimento da menor, tendo aí proporcionado aos órgãos de informação muitos elementos sobre as suas vidas, que se não fosse essa exposição, nunca teriam sido públicas, entenderam os juízes que houve uma limitação voluntária do seu direito de personalidade, no fundo abriram «as portas para que outras pessoas opinassem sobre o caso, em sintonia com o que diziam, mas também porventura em contradição com as suas orientações, porém sempre dentro de um legítimo e constitucionalmente consagrado direito de opinião e liberdade de expressão do pensamento».

Este acórdão teve em conta a jurisprudência e entendimento do TEDH acerca da questão da liberdade de expressão. Fazendo uma breve comparação com o acórdão acima citado, verificamos as divergências doutrinárias existentes. Sendo que, o acórdão anteriormente referido que opõe Pedro Santana Lopes à revista Visão, partilha um entendimento da doutrina mais conservador da liberdade de expressão, postulado pelo autor Pedro Pais de Vasconcelos¹⁵⁰. Este mesmo autor, partilha do entendimento que o direito à honra se situa

¹⁵⁰ VASCONCELOS, Pedro Pais de – Direito de Personalidade. *Op. Cit.*

num plano hierarquicamente superior à liberdade de imprensa, referindo o facto de, as ofensas à honra cometidas através dos meios de comunicação social são dificilmente reparáveis.

Casos Portugueses resolvidos pelo TEDH

A primeira condenação de Portugal no TEDH- caso Vicente Jorge Silva

O caso foi o seguinte; no dia 10 de Junho de 1993, no seguimento da hipótese de apresentação da candidatura do advogado Silva Resende à Câmara Municipal de Lisboa, Vicente Jorge Silva, a propósito dessa situação, publicou um editorial no jornal Público, que tinha como título «A vingança de Freitas do Amaral», foi no seguimento da publicação deste editorial por Vicente Jorge Silva, publicação esta acompanhada por excertos de Silva Resende sob o título «Vicente Jorge Silva por ele próprio», que se desencadeou uma longa batalha judicial em que este tema da liberdade de expressão versus direito à honra foi bastante debatido.

O que desencadeou esta situação foram as palavras duras sobre Silva Resende que Vicente Jorge Silva referiu nesse mesmo editorial em que, passo a citar um breve extrato, para se perceber a dimensão do caso, «Basta ler os excertos dos artigos recentes de Silva Resende, que publicamos nestas páginas, para se fazer uma ideia da personagem que o novel Partido Popular quer candidatar ao principal município do país. Será inverosímil e grotesco- mas é verdadeiro. Nem nas arcas mais arqueológicas e bafientas do salazarismo seria possível desencantar um candidato ideologicamente mais grotesco e boçal, uma mistura tão inacreditável de reacionarismo alarve, sacristanismo fascista e anti-semitismo ordinário. Qualquer figura destacada do Estado Novo ou qualquer presidente da Câmara de Lisboa durante o anterior regime passariam por insignes progressistas em comparação com este brilhante achado de Manuel Monteiro.»

No seguimento deste editorial, Silva Resende fez uma queixa-crime de Vicente Jorge Silva acusando-o de difamação, Vicente Jorge Silva veio em sua defesa referir que, as suas palavras deveriam ser interpretadas à luz do debate político, dizendo igualmente que ele também tinha de aceitar que Silva Resende no seu jornal opinasse o que ele considerava serem barbaridades.

Vicente Jorge Silva, considerava que o seu editorial se baseava na realidade circunstancial política e social, tendo sido elas que justificavam aquele editorial, sendo Silva Resende uma figura política do país, estaria, sendo este, justificado o teor deste editorial. Diz ainda Vicente Jorge Silva que, a acontecer alguma condenação haveria uma violação flagrante do artigo 10º da CEDH bem como da nossa CRP. Ao invés, para Silva Resende, este editorial tratava-se somente de um «artigo injurioso, portador de um ódio gratuito» e que apenas teria por objetivo a transmissão aos leitores de «uma ideia errada acerca da sua compleição moral e intelectual».

A propósito do caso em apreço, o Tribunal de primeira instância entendeu que, o editorial tinha por objetivo, tão só, dar a conhecer a sua opinião sobre os ideais de Silva Resende, considerando que estes eram «reaccionários, fascistas e anti-semitas», admite o Tribunal de primeira instância terem sido utilizadas expressões severas para emitir o que pensava sobre as ideias de Silva Resende, a propósito disto refere o Tribunal terem sido utilizadas expressões «incisivas, deselegantes, ferozes e até brutais», ainda assim, considera que Vicente Jorge Silva tinha o direito de emitir a sua opinião. Aliás, a decisão refere não existir ofensa ao bom-nome ou reputação do assistente, na medida em que, não se poderia formular, da leitura do dito editorial, juízos de valor negativos acerca da intimidade de Silva Resende nomeadamente no seio da família, profissão, negócios ou qualquer âmbito da sua vida privada. As afirmações eram apenas no sentido das suas crenças político-ideológicas. Neste sentido, o Tribunal de primeira instância acabou por absolver Vicente Jorge Silva.

Descontente com esta absolvição, Silva Resende recorreu para o Tribunal da Relação de Lisboa e a 8 de novembro de 1995, reiterou o pedido de condenação do arguido, considerando que, o que constava do editorial não era mais do que uma opinião sobre a sua personalidade, negando que apenas se tratasse de uma opinião política. Em resposta ao recurso, Vicente Jorge Silva reafirmou o seu direito à liberdade de expressão tendo como base a CRP e a CEDH, sublinhou ainda o facto de as suas afirmações serem corroboradas por textos de Silva Resende, apoiando assim a sua opinião.

Mas, ao invés da posição do tribunal de primeira instância, o entendimento dado pelo Tribunal da Relação, foi em sentido diverso do entendimento da primeira instância, condenando Vicente Jorge Silva, por unanimidade, como autor do crime de abuso de liberdade de imprensa, tendo este que pagar uma multa, dar uma indemnização a Silva Resende e proceder ao pagamento das custas processuais. Apesar de, estes magistrados considerarem que este editorial veiculava uma opinião, também entendiam que as expressões utilizadas denegriam substancialmente a imagem pessoal do eventual candidato, mesmo

assim, Vicente Jorge Silva não se importou com esse resultado possível, há neste entendimento, uma verificação de dolo eventual por parte destes desembargadores.

Dois dias depois da publicidade deste acórdão, Vicente Jorge Silva, pronunciou-se sobre o mesmo, no editorial do Público referindo-se a ele com as seguintes palavras «Uma sentença grotesca contra o Público... ao dar razão a Silva Resende contra o diretor do Público, a 3ª seção do Tribunal da Relação de Lisboa acaba de proferir uma sentença de cariz escandalosamente político e não jurídico, pondo em causa os princípios da liberdade de opinião, expressão e informação consagrados na Constituição da República e constituídos como norma do estado de direito democrático em que vivemos...Apenas reivindico o direito inalienável de criticar, qualificar e combater politicamente, usando a linguagem mais adequada e proporcional à ofensa que me foi feita como membro de uma comunidade de homens livres... a sentença do Tribunal da Relação de Lisboa que me condenou é, claramente, grotesca. E continuo e continuarei a pensar e a dizer o mesmo que escrevi sobre as atitudes políticas de Silva Resende, por mais sentenças condenatórias que os novos inquisidores entendem proferir». Após esta publicação, o presidente do Tribunal da Relação de Lisboa, escreveu uma carta dirigida ao diretor do jornal Público em que referia «Quero manifestar a minha total discordância quanto ao seu conteúdo e repudiar as injustas afirmações que dele constam relativamente aos senhores desembargadores que subscrevem o acórdão, de cuja competência e dignidade não é lícito duvidar».

Desta decisão da Relação, o diretor do Público interpôs recurso para o Tribunal Constitucional mas, sem êxito. Na sequência disto, foi apresentada uma queixa contra o Estado português por violação do artigo 10º n.ºs 1 e 2 da CEDH, no dia 15 de Julho de 1997. A questão que o TEDH teria de se debruçar era, a de averiguar se a ingerência que tinha sido feita à liberdade de expressão, artigo 10º n.º2 da CEDH, estava ou não justificada, tendo em conta que se estava num domínio de debate político.

Sobre esta matéria o TEDH pronunciou-se a 28 de Setembro de 2000, fazendo referência ao direito à liberdade de expressão referindo que, este direito não valia apenas para as informações ou ideias favoráveis mas também para “aquelas que chocam, ferem, causem inquietação”, agitação social pois, no entender do TEDH são estas veiculações de ideias e pensamentos que podem causar agitação e inquietação são, no entender do TEDH, próprias de uma sociedade democrática em que se defende o pluralismo e espírito de abertura. Ora o que o TEDH apreciou foi, se a condenação de Vicente Jorge Silva se deveu a “uma necessidade social imperiosa” ou seja, se aquela ingerência era proporcional ao fim legítimo prosseguido e se as razões alegadas pelos tribunais portugueses seriam, justificadas face à tal

“necessidade social imperiosa”. Não obstante o TEDH referir a existência de estar adstrito ao princípio da subsidiariedade¹⁵¹ que se decompõe, nos já referidos, respeito pela autonomia nacional dos Tribunais de cada país adstrito a CEDH aquando da aplicação das leis e também na teoria da margem de apreciação dos Estados na aplicação da CEDH, o TEDH admitindo esta situação não deixa de referir o facto de esta margem de apreciação não ser ilimitada, tendo o TEDH poderes de verificação se o Portugal no caso concreto, teria feito uma aplicação conveniente do artigo 10º da CEDH. Feita a análise ao processo, o TEDH considerou que uma eventual candidatura de Silva Resende despoletava um debate político intenso, reconhecendo que, as expressões utilizadas por Vicente Jorge Silva eram polémicas. O TEDH refere que, ainda assim, não se poder considerar constituírem um ataque pessoal até porque, o autor as “legitimava” com escritos feitos por Silva Resende. Reitera assim a sua posição, o TEDH, referindo tratarem-se de expressões unicamente políticas não constituindo estas, um ataque pessoal gratuito. Citando o acórdão, os juízes referem «a invectiva política extravasa, por vezes, para o plano pessoal: são estes os riscos do jogo político e do debate livre de ideias, garantes de uma sociedade democrática...», esta opinião foi “suscitada pelas posições políticas de Silva Resende, ele próprio um jornalista com presença habitual na imprensa.” Continua a exposição do acórdão dizendo «...certamente que tal opinião podia, na ausência de qualquer base factual, revelar-se excessiva, o que todavia, à luz dos factos estabelecidos, não se verifica neste caso».

Assim se concluiu o caso, referindo que, a condenação do jornalista não representava um meio proporcional à prossecução do fim legítimo visado, tendo em conta, o interesse da sociedade democrática em manter a liberdade de imprensa.

¹⁵¹ Cfr com subtítulo “Interpretação da CEDH”.

Como são resolvidos estes conflitos de direitos no seio de outros ordenamentos jurídicos

Estados Unidos da América - A liberdade de expressão na sua plenitude

Os Estados Unidos da América¹⁵² entendem a liberdade de expressão, num sentido muito amplo¹⁵³, tal é a amplitude que lá impera e que está subjacente que, para nós pode até ser chocante aquele entendimento. Se atendermos ao ordenamento jurídico norte-americano percebemos que as decisões tomadas pelos juízes do Supremo Tribunal Federal, que é constituído por nove juízes nomeados vitaliciamente pelo Presidente e, sujeitos a aprovação do Senado, são no sentido de garantir inequivocamente a defesa da liberdade de expressão face a tudo o que a ela se possa opor, condicionando-a. Na Constituição americana consta uma norma que refere; « O Congresso não fará nenhuma lei a respeito de se estabelecer (como religião do Estado) uma religião ou proibir o seu livre exercício; ou restringir a liberdade de expressão, ou de imprensa; ou sobre o direito das pessoas de se reunirem pacificamente, e de apresentarem petições ao governo para reparação de injustiças».

Claro que, há limites à liberdade de expressão, não é tudo permitido mas, esses limites têm de ser claramente estabelecidos, para poderem obedecer ao que diz a Constituição. Poderíamos pensar numa solução destas para Portugal não obstante, esta visão sobre este assunto poder ser “demais “ para nós, mas aproveitar os limites claros e diretos sobre as restrições nesta matéria pois haveria mais segurança jurídica e certeza por parte dos intervenientes neste tipo de processos.

Continuando a caracterização da liberdade de expressão nos Estados Unidos da América, os limites não são efetivados em função do respetivo conteúdo. Sabemos isso quando, por exemplo são permitidas manifestações racistas ou quando há ataques violentos aos governantes ou figuras do poder. Francisco Teixeira da Mota¹⁵⁴ deixa-nos este exemplo, numa manifestação que haja sobre uma reivindicação qualquer, o Governo poderá impor um limite temporal ou a existência de um local pré-determinado á realização do mesmo, todavia

¹⁵² MOTA, Francisco Teixeira da - A Liberdade de Expressão em tribunal. Relógio D'Água, Maio de 2013, página 18.

¹⁵³ Ver nota de rodapé nº 93.

¹⁵⁴ Idem.

nunca poderá impor limites quanto ao conteúdo dessa mesma manifestação. Para termos uma ideia desta ampla tutela da liberdade de expressão, ela engloba o ato simbólico de se queimar a bandeira. Outro limite, bem definido a esta liberdade é que não podem impedir outras liberdades, se alguém estiver em manifestação numa via pública não poderá impedir outros de por lá passarem e se deslocarem aos locais que pretendam.

O que está subjacente a este entendimento de uma ampla liberdade é o mesmo que muitos operadores jurídicos nacionais tem presente, isto é, só uma garantia efetiva da liberdade de expressão e vinculação de ideias dentro de um espírito aberto e sem nenhum tipo de condicionalismos permite operar uma democracia desenvolvida, aliás não são raros os acórdãos do TEDH que fazem referência à expressão «a liberdade de expressão é o cão de guarda da democracia». Não tão só, este entendimento e abertura tem como objetivo controlar os abusos de poder e contribuir para a descoberta da verdade material.¹⁵⁵ Em suma, o desagrado sentido pelo agente não pode servir de base para avaliar os danos causados pela liberdade de expressão.

Já vimos, que entre nós, há que atender a um interesse público legítimo, aquando se verifique um conflito de direitos entre honra e informação ou mesmo, quando esteja em causa a violação do direito à intimidade da vida privada. Todavia, nos Estados Unidos não é assim entendido, sendo o direito à intimidade da vida privada igualmente restringido tratando-se tanto de figuras políticas por terem um escrutínio mais exigente, assim como as figuras públicas «...fora do poder político e estatal...» como refere Francisco Teixeira da Mota.

Aliás, nos EUA, é frequente, os políticos revelarem pormenores da sua vida privada, com intenção de alcançar, maiores níveis de popularidade ou seja, eles próprios restringem o seu direito à vida privada, não apenas na esfera pública mas, muitas vezes na esfera privada e nalguns casos, mesmo íntima. Judite Sousa¹⁵⁶ menciona o autor Evan Cornog¹⁵⁷ que refere que, desde o início da República americana, até hoje, todos aqueles que procuraram conquistar a Presidência, tiveram de contar toda a sua história de vida aos eleitores, além disso, revelar todos os seus problemas até chegarem a serem candidatos.

¹⁵⁵ Ibidem.

¹⁵⁶ SOUSA, Judite – A Vida é um minuto, o poder e a imagem. Alfragide: Oficina do Livro. 2009. Página 136.

¹⁵⁷ Este autor, é professor de Jornalismo na Universidade de Columbia e escreveu um livro onde analisa as campanhas para as eleições presidenciais, pelo prisma do storytelling. O livro é denominado The Power and the Story. CORNOG, Evan cit por. SOUSA, Judite – A Vida é um minuto, o poder e a imagem. *Op.Cit.* Página 135.

Casos Jurisprudenciais

Um caso paradigmático, que serviu de base a muitas decisões abonatórias da liberdade de expressão, surgiram no ensejo desta decisão que relato. Foi o caso *New York Times Co versus Sullivan* de 1964¹⁵⁸. O objeto do caso era a publicação de um anúncio no *New York Times* com o objetivo de se proceder a uma recolha de fundos para a defesa de Martin Luther King Jr e aí eram relatados atuações da polícia de Montgomery, estado de Alabama. Devido ao relato da atuação da polícia, um responsável da polícia local, sentiu-se difamado com aqueles relatos e intentou uma ação contra o jornal *New York Times*. Existiam erros factuais nessa mesma notícia e o tribunal do Alabama decidiu condenar o jornal a pagar uma indemnização ao visado.

O jornal *New York Times*, não contente com esta apreciação do tribunal do Alabama, recorreu para o Supremo Tribunal que, no ano de 1964, absolveu o jornal, apoiando-se nestas premissas só poderia dar origem a indemnização se houvesse um conhecimento da falsidade que se vai publicar (*actual malice*) ou com desprezo pela verdade dos factos, a que os americanos chamam de *reckless disregard for the truth*. Assim sendo, não é um erro qualquer que vai dar origem a uma indemnização por parte de uma publicação. Verificamos com este caso, a preocupação do supremo tribunal em encontrar critérios firmes nesta matéria, dando assim uma proteção firme à proteção da liberdade de expressão.

Outro caso relevante foi o protagonizado por *Snyder versus Phelps*, em que a proteção da liberdade de expressão também é, de alguma forma chocante senão vejamos, estavam a decorrer as cerimónias fúnebres do soldado Snyder e a trezentos metros dessas cerimónias manifestavam-se Phelps e os membros da sua igreja Batista dizendo que as mortes dos soldados nas guerras do Afeganistão e do Iraque estavam a acontecer devido às políticas permissivas do país em aceitar a homossexualidade na sociedade. Ora, esta manifestação decorria ao mesmo tempo do funeral daquele soldado, embora estas decorressem de forma ordeira, havia uma ostentação de cartazes com frases chocante entre as quais a frase “Obrigado Deus, pelos soldados mortos”. Aqui temos um exemplo chocante do qual há que fazer uma ponderação de direitos e ver se aqui prevaleceria a liberdade de expressão em detrimento do sofrimento da família do soldado e ainda em detrimento à sua memória depois de morte, no fundo estava aqui em causa também a lesão do direito à honra das pessoas falecidas.

¹⁵⁸ FROTA, Hidemberg Alves da – Liberdade de Informação Jornalística E Os Direitos Da Personalidade. *Op. Cit.* Página 123.

Os pais do soldado intentaram uma ação judicial alegando essa intrusão à privacidade daquele momento e, na primeira instância conseguiram a condenação da Igreja dirigida por Phelps, em consequência dessa violação. Ao invés no Supremo Tribunal de Justiça, o entendimento foi outro, assim consideraram que aquela manifestação não era dirigida àquele soldado em causa mas sim, uma manifestação que expressava a sua opinião sobre aqueles assuntos, visto que, como referiu o Supremo não teria sido aquele o único funeral em que procediam daquela forma, já tinham sido feitas muitas manifestações com o mesmo estilo de conduta. Os juízes concluíram que aqueles manifestantes estariam mesmo convictos que aquelas mortes eram um castigo. Concluíram os juízes do Supremo Tribunal de Justiça que esta era uma opinião que tinha de ser protegida.

Este acórdão convoca os limites da liberdade de expressão, mas a convicção dos juízes é a de que, por mais incómodo que fosse a crença dos membros daquela Igreja, eles, perante a defesa do bem jurídico em causa-liberdade de expressão- consagrada na Primeira Emenda à Constituição, não tinham como condenar a Igreja por aquela manifestação.

Fazendo um paralelismo entre este entendimento e o europeu, podemos afirmar que o TEDH, interpreta a CEDH, com a mesma ideia de que a defesa da liberdade de expressão deve ser assegurada mesmo com assuntos que podem ser considerados chocantes como nos diz Francisco Teixeira da Mota.¹⁵⁹

Em suma, a partir destas decisões, os requisitos das condenações tornaram-se mais firmes, não basta serem publicadas informações erradas, mais do que isso, o queixoso tem de provar que estas informações erróneas foram publicadas com o conhecimento da sua falsidade ou ainda, sem tentar indagar com os visados se seriam afirmações corretas ou não. Quando da liberdade de expressão possam resultar perigos de ordem pública ou mesmo de, atuações criminosas, é necessário a verificação de um risco real que possa por em causa a ordem pública e um risco real de atuação criminosa, não basta por isso, um risco genérico para serem proibidas quaisquer manifestações.

Como estamos a ver, a nível de liberdade de expressão, toda a jurisprudência dos Estados Unidos da América, posiciona-se no sentido de uma forte proteção a este direito. Há um respeito tão grande deste direito que são considerados legítimos discursos mais violentos, antirreligiosos e mesmo racistas tudo em nome da proteção inata da liberdade de expressão.

¹⁵⁹ Ibidem.

Ordenamento Jurídico Francês

Os autores Rémy Cabrillac, Marie- Anne Frison – Roche e Thierry Revet¹⁶⁰, na sua já citada obra, remetem para a jurisprudência atual que refere o seguinte; em virtude de se atender ao direito de respeito da vida privada consagrado no artigo primeiro do artigo nono do Código Civil francês autorizam-se todas as pessoas, qualquer que seja o seu tipo de notoriedade a opor-se á difusão, sem o seu consentimento de informações, sejam elas verdadeiras ou falsas que aludam à esfera da sua vida privada. Fazem também um distinção, entre pessoas anónimas e figuras públicas¹⁶¹, referindo que os mesmos critérios não podem ser utilizados igualmente para os dois casos. A jurisprudência citada por estes autores franceses foi retirada do Tribunal “grande instance de Paris” e continua com a ideia de que o direito à intimidade da vida privada, prevalece sobre o direito à liberdade de expressão quando o que deriva dessa liberdade de expressão não se traduz numa contribuição para um debate público de interesse geral para a sociedade.

Ordenamento Jurídico Espanhol

O Tribunal Constitucional espanhol¹⁶², afirma a necessidade de se fazer uma distinção quanto ao facto de as notícias se referirem a figuras públicas ou anónimas.¹⁶³ Se estão em causa factos imputáveis a figuras públicas, o direito de informação atinge o “máximo nível de eficácia legitimadora”. Há o conceito de interesse público preponderante para a prevalência do direito à informação provindo das chamadas figuras públicas.

No acórdão 21/2000¹⁶⁴ do Supremo Tribunal Constitucional refere-se que a jurisprudência sobre o assunto não remete para uma exatidão aprofundada jornalística no conteúdo da informação, o que se pretende, é a finalidade de se negar a tutela constitucional de “meros rumores, invencionices e insinuações” sem a existência do compromisso de existir uma cuidada análise da informação¹⁶⁵.

¹⁶⁰ CABRILLAC, Rémy, ROCHE, Marie- Anne Frison, REVET, Thierry – Libertés et droits fondamentaux. *Op. Cit.*

¹⁶¹ Atentar ao subtítulo “Noção de pessoa com notoriedade/ figuras públicas”.

¹⁶² FROTA, Hidemberg Alves da - A Liberdade de Informação Jornalística e os Direitos Da Personalidade-Direito Brasileiro e Jurisprudência Estrangeira. **Revista Jurídica Unijus**. Minas Gerais, Vol. 1, n. 1 (1998).

¹⁶³ *Idem*.

¹⁶⁴ STC 21/2000, de 31 de enero de 2000, <http://www.tribunalconstitucional.es>.

¹⁶⁵ FROTA, Hidemberg Alves da – A Liberdade de Informação Jornalística E Os Direitos Da personalidade. *Op. Cit.* Página 117.

Ordenamento Jurídico Alemão

O Supremo Tribunal Federal Alemão- Bundesgerichtshof (BGH), nas suas decisões sobre estes casos, refere que, quanto maior e mais relevante for a informação para o público, menor atenção terá de se ter à pessoa noticiada no âmbito do seu direito à honra. Mas, se o valor da notícia for pouco relevante para o interesse público tem de se aumentar o resguardo do seu direito geral de personalidade.

Em casos de colisão, refere o BverfGE, que, é dever da imprensa verificar da veracidade ou não das informações, devendo-se abster, se for caso disso, de transmitir informações falsas.

Ainda, sobre o ordenamento jurídico alemão, acerca do tratamento destas matérias, o autor Hidemberg Alves da Frota¹⁶⁶, refere um caso, sobre intimidade da vida privada de uma figura pública. Neste caso, a dita figura pública intentou uma ação, que veio posteriormente a ser apreciada pelo BGH, a propósito do seu pedido de proibir uma agência noticiosa de proceder ao comércio de fotografias aéreas e de proibir de as difundir pois elas retratavam um bem imóvel, sua propriedade onde habitualmente passava férias. Ora, essas imagens não retratavam nenhuma pessoa, eram apenas fotografias que retratavam unicamente essa mesma casa de férias. O BGH entendeu que, era inadmissível, nesta situação, fazer prevalecer o direito geral da personalidade (neste caso estava em causa o direito à intimidade da vida privada) em detrimento da liberdade de imprensa. O BGH também atendeu ao facto de a requerente ter consentido nessa intrusão da sua vida privada nomeadamente, tinha sido a própria a revelar a revistas imagens dessa mesma casa.

Em Portugal, a resolução do caso em apreço seria o mesmo, a este propósito cito unicamente Menezes Cordeiro¹⁶⁷, pois a matéria em questão foi abordado no capítulo referente ao direito à intimidade da vida privada” que refere «...o caso típico da celebridade que abre as portas da sua casa aos jornalistas ou que lhes relata factos da sua vida privada... É evidente que as notícias daí resultantes são, em princípio, legítimas...».

¹⁶⁶ Idem.

¹⁶⁷ CORDEIRO, António Menezes - Tratado de Direito Civil Tomo III. *Op. Cit.*

Exemplo alemão - Caso Von Hannover versus Alemanha

Este caso, resolvido pelo TEDH em 2004, teve grandes repercussões na jurisprudência alemã. Tratava-se aqui dos limites do direito à privacidade de figuras públicas neste caso da princesa Carolina do Mónaco e seu marido Ernst August von Hannover.

O caso é o seguinte, anos sem fim a princesa Carolina viu o seu direito à privacidade confinado unicamente ao espaço interior da sua casa, os tribunais alemães consideravam que como figura pública que era, tinha que permitir ceder o seu direito à privacidade perante o direito à liberdade de expressão da imprensa e a imprensa alemã valendo-se daquela interpretação dos seus tribunais publicava todas as imagens que obtinha da princesa Carolina nas mais variadas situações mesmo que fossem tiradas em locais privadas, onde a princesa não estaria à espera que estivessem lá fotografos. Esta situação alterou-se perante a decisão do TEDH sobre este caso, uma vez que a princesa Carolina recorreu a este tribunal, que veio a proferir uma decisão a seu favor, referindo que a privacidade não se resume às “quatro paredes” de casa e o estado alemão foi condenado assim por violação do artigo 8º da CEDH.

Foi a partir daqui, que os tribunais alemães começaram a alterar o seu conceito de intimidade referente às figuras públicas, tendo mais cuidado na apreciação dos casos concretos. Ainda assim, houve uma segunda queixa da princesa Carolina para o TEDH, a propósito da publicação de novas imagens da princesa e do marido, uma em que está de férias em St. Moritz, enquanto o seu pai, o príncipe Rainier estava doente no Mónaco, outra referente à princesa e seu marido a passear e ainda uma terceira. Os tribunais alemães consideraram que a primeira fotografia por conter um texto sobre o estado de saúde do príncipe constituía atualidade e interesse público não havendo assim nenhuma violação do bem privacidade.

Esta decisão voltou a levar os príncipes ao TEDH que, desta vez não acedeu às suas pretensões, fazendo uma análise do que poderia ou não suscitar a violação do direito à privacidade das figuras públicas. Alguns dos critérios que o TEDH referiu foram o grau de fama ou exposição do agente bem como o assunto da notícia, também a conduta anterior da pessoa em causa em relação à comunicação social assim como o circunstancialismo que rodeou a publicação das mesmas fotografias. Depois desta exposição de critérios, o TEDH, neste caso concreto, decidiu a favor da liberdade de expressão, considerando que não havia violação da privacidade referindo que o direito à privacidade também tem limites.

Reino Unido

O magistrado Lorde Nicholls, refere, nestes casos, dever seguir-se certos requisitos, quando estejam em causa a publicação de factos e não de opiniões são eles; a existência ou não de interesse público, a credibilidade da notícia, se o jornalista atendeu à busca da veracidade da notícia, se se tratava de uma notícia urgente, em que se tinha urgência na sua divulgação ou, se a notícia visou obter alguma resposta por parte do visado antes mesmo da sua publicação.¹⁶⁸

Venezuela

Numa breve passagem ao ordenamento jurídico da Venezuela¹⁶⁹, nomeadamente, com a análise de um caso concreto resolvido pelo Tribunal Supremo de Justiça da Venezuela, em que foi analisado o assunto numa perspetiva de direito interno e internacional. Quanto ao direito internacional foi referido o facto de este país ter de respeitar, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos (PIDCP) , datado de 1966 e ainda o Pacto de San José da Costa Rica de 1969, este direito internacional. Quanto ao direito interno, a Constituição da Venezuela, consagra, tal qual a nossa CRP, os dois direitos em apreço ou seja, um acesso livre e plural à informação, sem censura e ainda, a proteção do bem jurídico da honra, vida privada, imagem, confidencialidade e reputação. A proteção destes direitos, encontra-se tutelada nos artigos 58º, que tutela o bem jurídico informação e, o 60º que protege a honra e intimidade das pessoas.

No Código Civil venezuelano, encontra-se a garantia da reparação, quando alguém se exceder no exercício de um direito, que corresponde ao artigo 1185º, o artigo 1886º refere a obrigação de indemnização, pelo ato ilícito efetuado.

Feito este brevíssimo resumo, analisando uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça da Venezuela refere que poderá haver reparação da lesão à honra atendendo aos seguintes pressupostos: tem de existir um facto concreto que conduza à veiculação de uma dada notícia,

¹⁶⁸ FROTA, Hidemberg Alves da- A Liberdade de Informação Jornalística E Os Direitos da Personalidade. *Op. Cit.* 125.

¹⁶⁹ Idem. Página 121.

pois um jornalista que ponha em causa a honra, sem o alicerce de existir um facto que lhe dê razão de ser, será um caso em que o visado poderá exercer o direito de reparação das consequências da publicação daquela notícia.

Outra conclusão, é a de que os editores que corroboram a publicação de notícias, não verídicas também é passível de responder por essa mesma publicação.

Concluem, que há que existir sempre o tal juízo de ponderação, referindo o Magistrado Don Jesús Eduardo Cabrera Romero que deve o julgador ponderar entre a «...aplicação dos direitos do requerente e o resguardo da liberdade de expressão.»

Argentina

Neste país¹⁷⁰, a forma de harmonizar os direitos visados em confronto, passa por se atender à prudência e ao equilíbrio sendo considerados, o fim lícito e a verdade para se verificar, se num caso concreto houve violação por parte da imprensa. O fim lícito verifica-se considerando se a notícia foi publicada para denegrir unicamente a pessoa ou, ao invés, teve em vista, a obtenção de um debate de ideias, há que atender ao “ânimo” segundo o qual, a notícia foi dada.

Israel

Em Israel¹⁷¹, a Suprema Corte, consente fortes críticas dos meios de comunicação social desde que, tenham em vista, o interesse público, sejam sustentadas por elementos fáticos consistentes, tenham boa-fé. Ou seja, exige-se uma correspondência factual do assunto em causa com as conclusões que o jornalista refere, aquando da realização da notícia em causa.

¹⁷⁰ Ibidem. Página 121.

¹⁷¹ Ibidem. Página 124.

Quais os limites pertinentes à liberdade de imprensa?

Há uma questão importante que à partida se deve distinguir, nem tudo o que é emitido por meios de comunicação social, deve ser considerado informação. Assim, devemos dissociar o que está no âmbito do direito à informação e a simples veiculação de expressão escrita, mesmo que, em meios de comunicação social tais como jornais. Assim, há notícias que devem ser dadas ao abrigo da já referida Lei de Imprensa e outras informações que, muitas vezes, não são informação *strictu sensu* mas sim, uma opinião, uma crítica, uma posição que muitas vezes, por não ser revestida de carácter de notícia pode conter expressões com maior recurso a figuras de estilo que vão causar um maior impacto ao leitor. Daí, muitas vezes, surgem os maiores problemas pois, há um recurso propositado ao exagero com vista a uma maior tiragem daquela publicação, aqui muitas vezes, há quem se sinta lesado e prejudicado e não se sinta minimamente compensado apenas com o recurso ao direito de resposta, solução dada pela lei de imprensa. Aqui já há um dano muitas vezes difícil de reparar, porque o bom nome pode ficar afetado, mesmo até, quando a intenção de quem vinculou alguma expressão menos abonatória sobre determinada pessoa, não era de todo essa, esta é a posição da doutrina tradicional que não corresponde ao entendimento que dá o TEDH, a esta matéria.

Euclides Dâmaso Simões¹⁷² ilustra bem esta situação quando cita um jornalista que, quanto a esta matéria diz assim « Cada vez que alguém aparece na comunicação social a fazer uma denúncia relevante, há sempre um bando de picuinhas que exprime imediatamente a sua indignação com vozinha de contratenor: “*Se assim é, então prove*”, é perigosamente conservadora e gosta do cheiro a pântano, crescendo à sombra da nossa falta de cultura democrática (...). Como se cada vez que uma pessoa abrisse a boca para protestar tivesse obrigatoriamente de estar munido de dossiês e documentação em papel timbrado. Nove em dez vezes o “*então prove*” é apenas mais uma forma mais ou menos elaborada de proteger o estado das coisas e tapar a boca a quem se queixa». Também proliferam na cultura portuguesa¹⁷³ conceitos pré definidos tais como “ não digas dos outros o que não gostarias que dissessem de ti” ou frases feitas tais como “ a liberdade de expressão acaba quando começa o direito ao bom-nome”, nesta última expressão podemos dar como exemplo concreto

¹⁷² Cit por Costa Andrade - Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal. *Op. Cit.* 1996, p.232 ss.

¹⁷³ MOTA, Francisco Teixeira da - Liberdade de Expressão em Tribunal. *Op. Cit.* página 56.

o já acima mencionado, primeiro caso de condenação de Portugal no TEDH que opôs Vicente Jorge Silva ao TEDH¹⁷⁴, quando Silva Resende em abono da sua posição refere que «o direito constitucionalmente reconhecido de exprimir e divulgar o pensamento tem os limites que o direito penal estipular, sendo um deles o de não ofender o bom-nome e reputação de outrem». Costa Andrade¹⁷⁵ refere mesmo que, a crítica está subtraída do direito penal, senão vejamos, «o exercício do direito de crítica [...], tende a provocar situações de conflito potencial com bens jurídicos como a honra cuja relevância jurídico-penal está à partida excluída por questões de atipicidade (...) a tese da atipicidade da crítica objetiva não depende do acerto, da adequação material ou da “verdade” das apreciações subscritas (...). O regime jurídico-penal da crítica objetiva será, em qualquer caso, idêntico: quer resulte da apreciação cuidada e certa de um perito e conhecedor, quer traduza a mais indisfarçável manifestação de diletantismo ou, mesmo, de ignorância [...].»

«(...) o direito de crítica com este sentido e alcance não conhece limites quanto ao teor, à carga depreciativa e mesmo à violência das expressões utilizadas [...]. Citando Uhlitz, continua Costa Andrade¹⁷⁶, “ Quem exagera e generaliza, quem, para emprestar eficácia ao seu ponto de vista, utiliza expressões desproporcionadas, rudes, carregadas, grosseiras e indelicadas, ou quem no calor da discussão objetiva ou por excesso do seu temperamento faz subir o tom de voz, não tem de recear qualquer punição [...].»

Continua o autor, «quem quer participar no debate político através da crítica, não tem primeiro que pesar as suas palavras numa balança de ourives[...].»

Este entendimento trilhado por Costa Andrade¹⁷⁷, encontra sentido na doutrina alemã, neste sentido vejamos um pequeno excerto de uma sentença já com alguns anos, mas que já reitera, o que se por cá, vem começando a firmar-se senão vejamos ¹⁷⁸«A ordenação fundamental da vida democrática e livre pressupõe a mais aberta e desinibida discussão dos cidadãos sobre a correção da condução da coisa pública. [...] O direito dos cidadãos de criticar os atos dos poderes públicos sem medo de sanções pertence ao núcleo irredutível do direito fundamental de expressão do pensamento.»

O TEDH partilha deste entendimento, no sentido de existir no sentido mais lato possível, a aceitação da crítica, como uma crucial vertente do direito à liberdade de expressão contido no âmbito do direito à informação. O TEDH, ao longo da sua jurisprudência tem

¹⁷⁴ Caso Vicente Jorge Silva e TEDH

¹⁷⁵ Costa Andrade - Liberdade de imprensa e inviolabilidade pessoal. *Op. Cit.* Página 232.

¹⁷⁶ ANDRADE, Manuel Costa – Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade Pessoal. *Op. Cit.* Página 232.

¹⁷⁸ Sentença de 5.03.92 Tribunal Constitucional Federal Alemão.

insistido na expressão “cão de guarda” para designar o papel da imprensa, referindo que o artigo 10º da CEDH é um dos fundamentos essenciais de uma sociedade democrática. Sendo assim e para não se baixar este pilar que constitui o tal “cão de guarda”, exige-se uma interpretação restritiva às exceções que estão previstas no nº 2 do artigo 10º.

Prosseguindo, este raciocínio, conclui que a tutela da honra não pressupõe um calar constante dos pensamentos ou ideias, das críticas ou dos elogios, ainda para mais se se tratar de relações em contexto de um cidadão se expressar contra determinado comportamento sobre uma figura relevante na esfera político-social.

A crítica, deve fazer parte de uma sociedade livre, conclui este entendimento, pendendo para a doutrina e jurisprudência que dá o salto em frente, e tem um entendimento mais aberto sobre esta questão.

O pensador José Gil¹⁷⁹, refere o seguinte «Acho que no salazarismo já havia um medo do semelhante, além do hierárquico, que desapareceu, porque estamos numa democracia. Mas herdámos o medo, que se transformou. Acho que a principal razão foi por que não criámos suficientes instrumentos de expressão. A sociedade portuguesa, ao contrário da outras, é fechada, não tem canais de ar, respirações possíveis. É uma sociedade suavemente paranoica [...]. É uma obsessão. Estamos sempre a falar de auto-estima [...]. Temos medo do acontecimento [...] medo do julgamento dos outros, medo de não sermos capazes. Medo de não estarmos à altura do acontecimento [...] a nossa sociedade tem algo de infantil, mas sem a vivacidade das crianças.”»

Refiro, a este propósito a poesia de, Alexandre O'Neill, intitulada «O País Relativo», que passo a citar «País purista a prosear bonito a versejar tão chique e tão púdico, enquanto a língua portuguesa se vai rindo, galhofeira, comigo; país que me pede livros andejantes com o dedo hirto, a correr as estantes, país engravatado todo o ano e a assoar-se na gravata por engano (...) ».

¹⁷⁹ GIL, José – Portugal – Hoje: o medo de existir. 12ª ed. Lisboa: Relógio D'Água.

Fase de conclusão

Concluo que, o direito à informação, com todas as vertentes que o compõe, é garantia de um estado de direito democrático, este direito, colide muitas vezes com o direito à honra. São ambas garantias fundamentais, com o mesmo valor hierárquico.

Quando se verifica, uma colisão real de direitos, há que recorrer ao artigo 335º do Código Civil, de forma, a que se possa resolver o conflito em questão. A situação em apreço, que aqui expusemos convoca vários entendimentos sobre como se deve ultrapassar este conflito, uma vez que o TEDH, tem entendido que se deve dar primazia ao direito à liberdade de expressão, não só quando estejam em causa interesses públicos legítimos, mas também quando esteja em causa o direito à crítica. No entendimento do TEDH, o direito à crítica não conhece limites, quanto ao teor, à carga depreciativa e mesmo à violência das expressões utilizadas. Este entendimento, de que Costa Andrade também partilha, ainda causa alguma perplexidade no seio da comunidade jurídica, embora paulatinamente esta situação esteja a mudar.

Quanto à divulgação de aspetos da intimidade da vida privada das figuras públicas, tem que se averiguar, se não tiver existido um consentimento dessa intromissão por parte dos visados, a fronteira entre interesse público e o interesse do público. Nunca se devendo ceder na publicação de assunto que contenham com o círculo d intimidade e do segredo.

Bibliografia

ABREU, Luís Vasconcelos- A violação de direitos de personalidade pela comunicação social e as funções da responsabilidade civil. Separata de: **Estudos em homenagem à Professora Doutora Isabel de Magalhães Collaço**, Vol. II;

ALVES, Jorge de Jesus Ferreira- Como processar o Estado no Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e nos tribunais nacionais por violação da Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Porto: Legis Editora, 2002. ISBN 972808286X;

ANTUNES VARELA – Das Obrigações Em Geral. Vol.I, 10ª ed. Coimbra: Almedina, 2000. ISBN: 9724013898;

ANDRADE, José Carlos Vieira de- Os direitos fundamentais na Constituição Portuguesa de 1976. 2º ed. Coimbra: Livraria Almedina, 2001. ISBN 9724016048;

ANDRADE, Manuel da Costa – Liberdade de Imprensa e Inviolabilidade Pessoal – Uma perspectiva jurídico-criminal. Coimbra: Coimbra Editora. 1996. ISBN: 9723207508.

ARAÚJO, Cláudia- Os crimes dos Jornalistas: Uma análise dos processos judiciais contra a imprensa portuguesa. Almedina, 2010.

BARRETO, Irineu Cabral, anot- **A Convenção Europeia dos Direitos do Homem anotada**.4º ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. ISBN 9789723218855;

BRITO, Iolanda A. S. Rodrigues de- Liberdade de expressão e honra das figuras públicas. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. ISBN 9789723218541;

CABRAL, Rita Amaral – O Direito à intimidade da vida privada. Breve reflexão acerca do artigo 80º do Código Civil. **Separata dos Estudos em memória do prof. Doutor Paulo Cunha**. Lisboa, 1988.

CABRILLAC, Rémy, ROCHE, Marie- Anne Frison, REVET, Thierry – Libertés et droits fondamentaux. 16^a edition. Éditions Dalloz, 2010.

CAMPOS, Diogo Leite de- Lições de Direitos da Personalidade- Separata de **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. 2^o Edição, 1990;

CAMPOS, Diogo Leite de- Nós: estudos sobre o direito das pessoas. Coimbra: Almedina, 2004. ISBN 9724021556;

CAPELO DE SOUSA – Rabindranath V. A – Conflito entre a liberdade de imprensa e a vida privada. AB VNO AD OMNES. 75 anos da Coimbra Editora. Coimbra: Coimbra Editora, 1998;

CAPELO DE SOUSA – Rabindranath V. A – O Direito Geral de Personalidade. Coimbra: Coimbra Editora, 1995;

CARVALHO, Alberto Arons de; CARDOSO, António Monteiro; FIGUEIREDO, João Pedro - Direito da Comunicação Social. 2^o Edição. Lisboa: Casa das Letras, 2005. ISBN: 9724614093,

CASTANHEIRA NEVES, António – Curso de Introdução ao Estudo do Direito: extractos: lições proferidas a um curso do 1^o ano da Faculdade de Direito de Coimbra. (lições policopiadas). Coimbra. 1971-1972;

COLÓQUIO Direito à Vida Privada e Liberdade- Direito à vida privada e liberdade. Lisboa: Comissão Nacional de Proteção de Dados Pessoais Informatizados. Lisboa, 1998;

COSTA, José de Faria – Anotação ao artigo 180^o do Código Penal. Comentário Conimbricense, Parte Especial, Tomo I. Coimbra. 1999;

DE CUPIS, Adriano – OS direitos da personalidade. Trad. Adriano Vera Jardim e António Miguel Caeiro. Lisboa: Morais, 1961;

DRAY, Guilherme Machado – Direitos de Personalidade. Anotações ao Código Civil e ao Código do Trabalho. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN: 9724028011;

GIL, José- Portugal- Hoje: o medo de existir. 12º Edição. Lisboa: Relógio d'Àgua. ISBN: 9789727089369;

GODOY, Cláudio Luís Bueno de- A liberdade de imprensa e os direitos da personalidade. 2º Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2008. ISBN: 9788522446407;

GONÇALVES, Diogo Costa- Pessoa e direitos de personalidade: fundamentação ontológica da tutela. Coimbra: Almedina, 2008. ISBN 9789724032962;

GONÇALVES, José Luís Rodrigues- Imprensa e Justiça, Câmara Municipal de Faro, 2002;

GONÇALVES, M. Maia – Código Penal Português Anotado E Comentado E Legislação Complementar. 12ª ed. Coimbra: Almedina. ISBN: 9724011283.

JORGE, Fernando Pessoa – Ensaio sobre os pressupostos da responsabilidade civil, Cadernos de Ciência e Técnica Fiscal, Lisboa. 1968.

JUNIOR, Alcides Leopoldo e Silva – A pessoa pública e seu direito de imagem: políticos, artistas, modelos, personagens históricos, pessoas notórias, criminosos célebres, esportistas, escritores e socialites. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

KANT – Fundamentação da Metafísica dos Costumes. Trad. de Paulo Quintela. 1986.

MACHADO, Jónatas – Liberdade de Expressão: dimensões constitucionais da esfera pública no sistema social. Coimbra: Coimbra. 2002. ISBN: 9789723211115.

MARQUES, Andréa Neves Gonzaga – Direito À Honra. **Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios**. [em linha] 2010. Actual 05 Abril. 2010. [consult. 10 Set. 2013] Disponível na internet: < URL:

<http://www.tjdft.jus.br/institucional/imprensa/artigos/2010/direito-a-honra-andrea-neves-gonzaga-marques>.

MARTINS, Ana Maria Guerra- Direito Internacional dos Direitos Humanos. Coimbra: Almedina, 2006. ISBN 972-40-2768-6;

MENDES, António Jorge de Oliveira - O Direito À Honra E A Sua Tutela Penal, Coimbra: Almedina- Coimbra, 1996. ISBN 972-40-0953-X

MONIZ, Helena Isabel Gonçalves- Direito de Resposta: Limite à liberdade de imprensa ou proteção do consumidor. Coimbra. **Separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, Vol. 72, 1996;

MOTA, Francisco Teixeira da- A Liberdade de Expressão em Tribunal. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2013. ISBN 978-989-8662-19-4;

MOTA, Francisco Teixeira da- O Tribunal Europeu dos Direitos do Homem: Os Casos Portugueses. Coimbra: Coimbra Editora, 2009, ISBN 978-972-32-1722-3;

NETO, Jayme Weingartner - Honra, privacidade e liberdade de imprensa: uma pauta de justificação penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002. ISBN 8573482419;

PINTO, Carlos Alberto da Mota - Teoria Geral do Direito Civil. 4º Ed: Por MONTEIRO, António Pinto; PINTO, Paulo Mota. Coimbra: Coimbra Editora. 2005. ISBN: 9723213257.

PINTO, Paulo Mota – O Direito à Reserva Sobre a Intimidade da Vida Privada. Boletim da Faculdade de Direito. Vol. LXIX . **Separata**. Coimbra. 1993

PORTUGAL. Assembleia da República. Conselho de Imprensa- Direito a informar: porquê e para quê?. Lisboa: Assembleia da República, Conselho de Imprensa, 1982.

PRADA, Vicente Herce de la – El derecho a la propia imagen y su incidencia em los médios de difusión. Barcelona: José Maria Bosch, 1994.

QUEIROZ, Cristina M. M. – Direitos Fundamentais- **Teses e Monografias 4.** Coimbra: Coimbra Editora, 2002. ISBN 972-32-1136-X;

RIBEIRO, Joaquim Manuel, anot - **Lei de imprensa anotada e legislação conexa.** Lisboa: Quid Iuris, 2001. ISBN 9727241123;

ROCHA, Manuel António Lopes- Sobre o modelo da responsabilidade sucessiva nos crimes de imprensa: alguns problemas. Coimbra. **Separata do Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**, 1984.

SILVA, Plácido e - Vocabulário Jurídico. 17ª ed. Rio de Janeiro, 2000.

SOUSA, Nuno J. Vasconcelos de Albuquerque- A liberdade de imprensa. **Separata do Suplemento ao Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.** Vol. XXVI (1984).

SOUSA, Judite – A Vida é um minuto, o poder e a imagem. Alfragide: Oficina do Livro, 2009. ISBN: 9789895554898;

VASCONCELOS, Pedro Pais de – Direito de Personalidade. Coimbra: Almedina, 2006.

Revistas

CASTRO, Jorge Rosas de- Direito à reserva da intimidade da vida privada versus direito à honra de terceiros cometida em privado. **Scientia Iuridica: Revista de Direito Comparado português e brasileiro.** ISSN 0870-8185. Tomo 59, nº321 (2010), p. 65-84.

CORDEIRO, António Menezes - Da colisão de direitos. **O Direito.** Ano 137, Nº 1 (2005), p. 37-56.

COSTA, Artur Rodrigues da - Justiça e Comunicação Social. **Revista do Ministério Público.** Nº 68, 4º trimestre (1996).

DIAS, Jorge de Figueiredo- Direito de Informação e Tutela da Honra no Direito Penal da Imprensa Português. **Revista de Legislação e Jurisprudência**. Ano 115º p. 100 e ss.

FORGHIERI, Marisa- Direito à imagem, privacidade, intimidade e honra: uma perspetiva nietzscheana. **Revista da Faculdade de Direito Milton Campos**. ISSN 1415-0778. Vol.23 (2011), p.95-102.

FONSECA, Guilherme da- Um caso de decisão em matéria criminal e a liberdade de expressão e propaganda política. **Revista Julgar**. Nº10, Janeiro-Abril (2010), p.178.

FROTA, Hidemberg Alves da – A Liberdade de Informação Jornalística E Os Direitos Da Personalidade – Direito Brasileiro e Jurisprudência Estrangeira. **Revista Jurídica Unijus**. Nº 10, Vol. 9, Maio 2006, p. 107. ISSN: 15188280.

GOMES, Januário da Costa – O Problema da Salvaguarda do Computador Antes e Depois do Computador. **BMJ**. Nº 319, p. 18-19.

LOPES, Tânia Alexandra Arrais Pacheco- A liberdade de expressão e a liberdade de imprensa. **Revista do Ministério Público**. Nº 129, Janeiro/Março (2012), p. 169-230.

PINTO, Paulo Mota – A proteção da vida privada e a Constituição. **Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Vol. LXXVI. 2000, p. 170.

PINTO, Ricardo Leite- Liberdade de imprensa e vida privada. **Revista da Ordem dos Advogados**. Ano 54 p.98.

RAPOSO, Vera Lúcia- O direito a um processo equitativo na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. **Revista de Jurisprudência Constitucional**. ISSN 1645-9938. Nº11 (2006), p. 3-18.

SANTOS, Beleza dos - Algumas considerações sobre os crimes de difamação e injúria. **Revista de Legislação e Jurisprudência**. Ano 92, p. 165 ss.

SEGADO, Francisco Fernández - La libertad de expresión en la doctrina del Tribunal Europeo de Derechos Humanos. **Revista de Estudios Políticos**. ISSN 0048-7694. Nº 70 Out/Dic (1990), p. 93-124.

SIMÕES, Euclides Dâmaso - A liberdade de expressão na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. **Revista do Ministério Público**. ISSN 0870-6107. Ano 29, nº 113 (2008), p. 101-116.

VUNGE, Emanuela- A propósito da liberdade de imprensa vs. Intimidade da vida privada: breves notas. **Revista Angolana de Direito**. Ano 2, nº 3 (2004), p. 199-206.

Teses

ARAÚJO, Maria Angélica Benetti- **Da reserva sobre a intimidade da vida privada à liberdade de comunicação social**: num percurso pela deontologia. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2009. Dissertação de mestrado.

ARRUDA, Milena Bandeira Medeiros de – **Direitos de Personalidade: A Intimidade da Vida Privada das Pessoas públicas Em Confronto Com A Liberdade De Imprensa E Dos Meios De Comunicação Social**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2012. Dissertação de mestrado.

CARVALHO, Alda Maria Gomes- **O crédito e o bom nome: limites à liberdade de expressão dos meios de comunicação social**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2009. Dissertação de mestrado.

MANGUEIRA, Mirta Mara Bastos- **Liberdade de expressão e informação no constitucionalismo luso-brasileiro e a sua colisão com os direitos da personalidade**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2007. Dissertação de mestrado.

NICOLODI, Ana Marina- **Imprensa livre e responsabilidade civil pelas ofensas causadas aos direitos de personalidade**. Coimbra: Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, 2004. Dissertação de mestrado.